

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE MARÇO DE 2007

NÚMERO 5.699

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

PARTIDO DA FRENTE

LIBERAL

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Sérgio Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Sérgio Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Sérgio Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Sérgio Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Sérgio Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1718
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 015ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 14/03/2007.....2
Ata da 003ª Sessão Solene da
16ª realizada em 14/03/2007 às
19h.....20

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes25
Edital26
Extrato26
Projetos de Lei.....26

PLENÁRIO

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grandó - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do vereador João Batista Leite, do sr. Hugo Vieira e do presidente da Associação do Campo d'Água Verde, Alcides Massanero, de Canoinhas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refere-se à exposição que está no *hall* da Alesc; aborda a terceira reforma administrativa do governo do estado.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Manifesta-se acerca da transferência de Jaborá de secretaria de Desenvolvimento Regional.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Discorre sobre a falta de contingente nas delegacias do Alto Vale do Itajaí e sobre o mau estado das viaturas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Comenta a falta de contingente policial em Santa Catarina e a necessidade de substituição de parte da frota que serve à Segurança Pública.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Faz referência a três projetos de sua autoria enviados ao Executivo para serem reencaminhados à Casa para sanar vício de origem; pede a rejeição do PL n. 0038/2007.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (aparte) - Informa sugestão que apresentou à comissão de Justiça de que os projetos de gênese parlamentar com vício de origem sejam encaminhados ao Executivo para posteriormente serem reencaminhados ao Legislativo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Informa que recebeu e-mail pedindo a aprovação de projeto de lei para facilitar a adoção.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Arnaldo Camargo Moraes, de Camboriú.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Refere-se ao kit da casa popular de madeira que foi apresentado ao governador na cidade de Lages.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (aparte) - Comenta os benefícios da casa popular de madeira.

Partidos Políticos

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Aborda o veto do governador ao projeto que trata do transporte intermunicipal gratuito aos idosos; comenta a apresentação de um projeto, com o mesmo teor, adequado ao Estatuto do Idoso.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (aparte) - Manifesta sua preocupação acerca da gratuidade no transporte intermunicipal para o idoso.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Reporta-se à importância da gratuidade do transporte coletivo intermunicipal para o idoso.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Porto Belo.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda os vetos do governador a projetos voltados para a população; comenta a reforma administrativa do governo do estado.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores de Itajaí, Herval Ângelo Esmeraldino e Rogério Nassif Ribas.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra o aniversário dos municípios de Campo Alegre e Rodeio.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda os problemas na educação pública catarinense.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Comenta o estado precário da Escola de Educação Básica Professora Célia Coelho Cruz.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Aborda a interdição da Escola de Educação Básica Olavo Bilac, em Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se à morte do delegado Acioni Souza Filho, do soldado Eoly Rosa Junior e do sargento José Ailton Casagrande; comenta a suspensão das monitoras do Centro de Recuperação São Lucas por 30 dias.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Externa votos de pesar aos familiares dos policiais Acioni Souza Filho, Eoly Rosa Junior e José Ailton Casagrande.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reporta-se à audiência pública para discutir a reforma administrativa do estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra justificativa de ausência do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Aborda o parecer da Procuradoria-Geral do estado acerca do veto do governador ao projeto de lei que concede gratuidade ao idoso no transporte coletivo intermunicipal.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Tece comentários a respeito do parecer da Procuradoria-Geral do estado ao projeto de lei que concede gratuidade ao idoso no transporte coletivo intermunicipal.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Lamenta a manutenção do veto ao projeto de lei que isenta do pagamento de IPVA os portadores de deficiência física.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o estado das escolas estaduais.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Registra que sanadas as irregularidades inconstitucionais dos projetos sociais, eles contarão com a sua aprovação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Manifesta-se favorável a todos os projetos que beneficiarem as classes menos favorecidas; critica as colocações do deputado Joares Ponticelli sobre as escolas estaduais.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Afirma que várias escolas estaduais estão em péssimo estado.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Cumprimento o deputado Manoel Mota pelo pronunciamento que fez.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Ressalta a importância das cooperativas e do Fórum Permanente do Cooperativismo.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita subscrever indicação de autoria do deputado Dirceu de Matos sobre irrigação do meio rural, em Joinville.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda requerimento, de sua autoria, cumprimentando as polícias Civil e Militar de Lages e também o DIC, pela elucidação de crime em Anita Garibaldi.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Darci de Matos, cumprimentando os dirigentes do Instituto de Ortopedia e Traumatologia de Santa Catarina pela inauguração da nova sede.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Águas Mornas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Discorda do requerimento do deputado João Henrique Blasi, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n. 0305/2006, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Discorda do requerimento do deputado João Henrique Blasi, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n. 0305/2006, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento que solicita o envio de votos de pesar aos familiares de Acioni Souza Filho.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento que solicita o envio de votos de pesar aos familiares de Acioni Souza Filho.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Sugere que o requerimento que solicita o envio de votos de pesar à família de Acioni Souza Filho seja subscrito por todos os parlamentares.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita subscrever moção do deputado Jailson Lima sobre a inauguração de um pólo da UFSC em Pouso Redondo.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita subscrever moção do deputado Jailson Lima sobre a inauguração de um pólo da UFSC em Pouso Redondo; registra que o deputado Paulo Bauer não foi secretário da educação no governo Esperidião Amin.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Convida os membros da comissão de Agricultura para uma reunião.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Aborda colocações do deputado Nilson Gonçalves a respeito da criação do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Acata as colocações do deputado Romildo Titon a respeito da criação do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Convida todos para a reunião de instalação do Fórum da Serra do Tabuleiro.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a liberação de verba pelo governo federal para os atingidos pelas enxurradas; registra que o estado ainda não repassou os recursos para os agricultores do Programa de Aquisição de Alimentos e que não há isenção de ICMS na venda dos produtos.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Refere-se à interiorização do ensino superior em Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Refere-se à interiorização do ensino superior em Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Refere-se à interiorização do ensino superior em Santa Catarina.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Registra a Dia Nacional da Poesia.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a morte do empresário brusquense, Erico Contesini.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Registra a presença do prefeito de Joinville, Marco Antônio Tebaldi.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à situação das escolas estaduais de Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Aborda o estado das escolas estaduais.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Tece comentários acerca da reforma administrativa estadual; reporta-se à interiorização do ensino público superior.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Reporta-se ao veto do governador a vários projetos.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tece críticas às colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito da situação das escolas estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o vereador João Batista Leite, de Canoinhas, que está aqui acompanhado pelo sr. Hugo Vieira e também pelo presidente da Associação do Campo d'Água Verde, Alcides Massanero. Quero saudar também o Aureo Aguiar e o seu filho, Cláudio Aguiar.

Sintam-se à vontade nesta Casa e retornem quando quiserem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a primeira oradora inscrita em Breves Comunicações, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha aqui no Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, vou convidar novamente todos os parlamentares desta Casa e o público de Santa Catarina para visitarem a exposição que está aqui no hall da Assembléia Legislativa e que gerou muita curiosidade, deputado Moacir Sopesa, com o seguinte título: Política Reciclada.

Vejam que cinco artistas da cidade de Itajaí utilizaram placas das campanhas eleitorais que estavam em depósitos de lixo, fizeram belas artes com elas - artes plásticas, gráficas - e estão conseguindo até vender esses quadros. É uma belíssima exposição, principalmente pelo material reutilizado - geralmente aquele material vai para os lixões de alguns municípios catarinenses.

Essa exposição gerou certa curiosidade, porque depois que eu fiz o convite, na tarde de ontem, quase no final da sessão, vários deputados saíram do plenário e foram olhar atrás das obras para ver se havia a placa de algum parlamentar. E eu tenho certeza de que há! Mas o mais interessante é a criatividade desses artistas que estão reutilizando esses materiais que provavelmente estariam em muitos lixões de vários municípios do estado de Santa Catarina.

Portanto, que essa boa nova, que a boa utilização dessas placas sirva até de exemplo para as nossas crianças e adolescentes, para os nossos artistas poderem, através da reciclagem desse tipo de material, fazer belíssimas obras de artes. E citarei os artistas: Márcia Ghisi Mezadrei, Maria Cristina S. Castilho, Dagmar Oliveira, Gustavo de Castilho Selke e Anah Cardoso, do município de Itajaí, que nos estão brindando com essa belíssima exposição.

Srs. deputados, desde que começamos os trabalhos na Assembléia Legislativa a pauta sempre foi a terceira reforma administrativa do governo do estado. Em quatro anos e três meses nós estamos vivenciando mais esse projeto grandioso encaminhado pelo Executivo para ser debatido aqui e que já gerou uma série de controvérsias.

Tivemos, na manhã de ontem, uma audiência pública, na qual ouvimos diversos segmentos da sociedade catarinense: os movimentos sindicais, as organizações não-governamentais, os apaixonados pela nossa Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, que é sesquicentenária. Acredito que essa audiência, inclusive, tocou no subconsciente de vários parlamentares governistas, que estão querendo rever algumas ações do governo, pois nós poderemos alterar muitas coisas através de emendas aditivas, supressivas e modificativas.

Srs. parlamentares, participei de diversas audiências públicas realizadas por fóruns de lutas e deparei-me com uma realidade completamente diferente. Na região de Lages, por exemplo, há uma denúncia de que as máquinas do Deinfra estão no pátio sem nenhum trabalho a ser feito; na região de Videira, deputado Moacir Sopelsa, existem escolas que estão sem lâmpadas e as crianças não podem ter aula; em Joinville, os carros da área da saúde não podem fazer a distribuição, por exemplo, de medicação para os portadores do vírus HIV; na minha região, Blumenau, várias escolas que fizeram as reformas das salas de aula ainda não têm as carteiras e as cadeiras para as crianças sentarem e as aulas não estão sendo ministradas.

Então, essa é uma reflexão que temos que fazer sobre essa grandiosa reforma que está apresentada aqui na comissão e que vem para este Plenário debater. Eu gostaria até que v.exas. lessem, discutissem e analisassem não com um apelo eleitoral, mas com um apelo de melhorar a vida dos catarinenses, deputado Moacir Sopelsa.

Com relação à criação das secretarias de Desenvolvimento Regional, por exemplo, eu acho até que a intenção do governador Luiz Henrique da Silveira em fazer a descentralização é boa. Mas a descentralização não está atendendo a demanda da sociedade catarinense, como pude observar. E até fiquei surpresa com a criação de mais seis secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Moacir Sopelsa. No oeste de Santa Catarina há uma secretaria de Desenvolvimento Regional na cidade de Concórdia, que é o grande pólo da mesorregião. E agora, através de conversas de bastidores, fiquei sabendo que essa secretaria vai sair da cidade de Concórdia e vai para a cidade de Jaborá. Por que essa mudança para Jaborá? Eu gostaria de saber o porquê dessa mudança. É uma mudança eleitoral? Vão mudar a sede da secretaria de Desenvolvimento Regional porque vai beneficiar alguém, algum parlamentar ou porque vai beneficiar mais os catarinenses? Isso já está gerando uma grande manifestação naquela região.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado por me conceder o aparte e vou procurar ser breve.

Cumprimento v.exa., pelos assuntos que traz a essa tribuna, especialmente por tratar da iniciativa desses artistas de usarem lixo que não é lixo. Nós somos um país pobre e jogamos fora muitas coisas boas. Aí está uma iniciativa de pessoas que percebem o que podemos fazer com produtos aos quais às vezes não damos valor algum.

Nobre deputada, ontem, na audiência pública foi levantada a questão do município de Jaborá passar a pertencer à secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, deixando de pertencer à secretaria de Desenvolvimento Regional de Concórdia. São informações, deputada, que às vezes chegam ao governador e que não visam ao desenvolvimento, mas têm interesse pessoal e não coletivo. Aquela comunidade tem suas raízes, tem identificação muito mais com Concórdia do que com Jaborá.

Então, quero dizer a v.exa. que tenho certeza de que o governador vai compreender, pois vamos fazer uma emenda para atender a vontade da população de Jaborá. Aliás, é um pleito do próprio prefeito de Concórdia, Neodi Saretta, prefeito do partido de v.exa., que também foi pego de surpresa. Acho que temos que trabalhar para atender aquilo que a população quer e não atender aquilo que nós, particularmente, pensamos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com essa clareza, deputado Moacir Sopelsa, é que gostaria que todos os parlamentares, homens e mulheres desta Casa, fizessem esse tipo de reflexão, para que pudéssemos corrigir as distorções desse projeto da nova reforma administrativa. Essa é uma das distorções, mas há a distorção também do aumento das secretarias, a questão da nossa Biblioteca Pública e do nosso Teatro Álvaro de Carvalho.

Srs. deputados, verificando alguns jornais do final do ano passado deparei-me com a notícia de que o ex-governador Eduardo Pinho Moreira deixou o governo anunciando para toda a imprensa catarinense que passava o cargo para o governador Luiz Henrique da Silveira com R\$ 230 milhões em caixa. E hoje essa mesma imprensa é levada a notificar que o governo estadual precisa cortar gastos e reduzir incentivos fiscais, sob pena de não ter dinheiro para pagar o salário dos servidores.

Então, é essa a grande preocupação, porque não sou eu que estou dizendo, não são os deputados da minha bancada que estão dizendo, não são os deputados de Oposição ao governo que estão dizendo, deputado Sargento Amauri Soares, mas é o secretário da Fazenda do governo do estado que está preocupado com o Orçamento, a ponto de dizer que se não houver economia, vai faltar dinheiro. V.Exas. já imaginaram se nós deixássemos uma categoria funcional como os policiais militares, como os nossos professores, como os servidores da área da saúde ficar sem salário? É uma preocupação.

Essa reforma administrativa tem que ser bem estudada antes de ser for votada aqui. Nós não podemos vivenciar o que esta Casa vivenciou quando aprovou o Fundo Social, com o voto contra desta deputada, que era inconstitucional, mas mesmo assim esta Casa aprovou. E o Fundo Social serviu para distribuição de dinheiro para diversas organizações que não tinham, inclusive, o compromisso de fazer trabalho social. Foi distribuído para diversas entidades, inclusive para a Associação dos Criadores de Canários e para uma associação de automóveis de Joinville. Vejam quantas pessoas receberam dinheiro! E não era um montante pequeno, deputado Sargento Amauri Soares, era um montante grande. Não sei se v.exa. teve conhecimento, mas foi uma distribuição muito grande, todo mundo recebeu dinheiro. E o Fundo Social, que era um fundo, sim, de erradicação da pobreza, não foi utilizado para esse fim, mas para dar dinheiro para eventos.

Então, é dessa forma que chamo a atenção de v.exas. com relação à preocupação do secretário da Fazenda do governo do estado, para que na hora de votarmos essa reforma aqui no plenário tenhamos consciência e sabedoria do que vai representar para o

estado de santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Inscrito para falar o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Queremos cumprimentar o deputado Julio Garcia, presidente desta Casa, parabenizando-o pela determinação de tocar o Hino Nacional e o Hino de Santa Catarina na abertura dos trabalhos. Queremos cumprimentar também os demais deputados, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Digital da Assembléia Legislativa.

Desejo registrar a presença de Paulo Roberto Weiss, da cidade de Rodeio, dos vereadores Ciro, Natalino Bonacolsi e Paulo Sérgio Floriano. E ao mesmo tempo parabenizar a cidade de Rodeio pelos seus 70 anos.

Desejo cumprimentar o presidente do nosso partido em Santa Terezinha, sr. Lenoir Menegazzi, e o vereador João Kovalski, que se fazem presentes; o vereador de Laurentino, sr. Osni João Caetano; o Juvenal Simão Júnior, o Nilão, secretário da prefeitura de Laurentino, e o Cláudio Tonet, vereador do PTB, também de Laurentino.

Encaminhei à Casa um requerimento que solicita o envio de mensagem telegráfica de pesar à família do delegado Acioni Souza Filho. Ontem aqui foram encaminhados alguns requerimentos que solicitavam o envio de mensagem de pesar à família, tendo em vista o que ele representou na Polícia Civil do estado e os serviços prestados a Santa Catarina.

Faço um apelo em relação à reforma administrativa no que tange à segurança do estado. A deputada Ana Paula Lima acabou de ressaltar os vários destinos que tiveram os recursos do Fundo Social, como para a Associação dos Criadores de Canarinhos e até para Associação de Criadores de Curiós.

Srs. deputados, com a visita que tivemos dos companheiros da cidade de Santa Terezinha e esta semana visitando o município de Agrônômica, tivemos a oportunidade de saber como está a situação de algumas delegacias daquela região. É lógico que o que acontece hoje é fruto de um processo histórico e não dá para corrigir tudo ao mesmo tempo. Mas a cidade de Santa Terezinha teve, nos últimos dois meses, três assaltos consecutivos, um deles na sede do Besc. E nós sabemos, deputado Sargento Amauri Soares, que nos municípios de pequeno porte a responsabilidade administrativa das delegacias é dos policiais, alguns são militares e outros civis, não são delegados efetivos, mas acabam respondendo pelo expediente. E a nossa região do Alto Vale tem um problema sério na questão de transportes. Quando os companheiros de Santa Terezinha nos visitaram, disseram que a viatura que a cidade dispõe - e não sabem se é um Corsa - não dá marcha ré. Porém a maioria dos veículos que o Alto Vale dispõe é Ipanema, ano 1997. O carro da delegacia de Agrônômica é uma Ipanema, ano 1997, com 198 mil quilômetros rodados, cujos pneus não têm condições de rodar nas estradas de barro.

Sabemos que há necessidade de que se avalie o trabalho prestado pelos delegados responsáveis pelos expedientes dos pequenos municípios, como acontece em Agrônômica, Laurentino e assim por diante. Esses delegados têm uma ação diuturna, porque são chamados à noite, em qualquer horário, para resolver os problemas. E para responderem por esta função recebem apenas R\$ 260,00, se não me engano, de gratificação.

Como não podemos fazer um projeto pedindo a alteração desses recursos, pela questão de vício de origem, acho que cabe na reforma administrativa a colocação de um soldo mínimo de remuneração para esses delegados que respondem pelo expediente como se fossem delegados concursados, porque estão lá trabalhando o dia todo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. deputado, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz e dizer que estamos de acordo com as dificuldades existentes com relação à infra-estrutura à disposição dos servidores da área, inclusive da área específica que v.exa. fala. Durante a campanha e depois dela estivemos na região e vimos que há cidades onde não há delegado. Nenhum policial civil é responsável por aquela cidade, a não ser que eles se dividam trabalhando um expediente em uma cidade e outro expediente em outra cidade. São agentes de polícia, comissários que trabalham em duas cidades ao mesmo tempo, na função de delegado. Então, existe essa situação bastante preocupante.

Em outras cidades, temos apenas um único policial militar para desenvolver o trabalho de segurança, de prevenção e combate à criminalidade da cidade. Nas cidades menores, só há um policial por dia. Se estão em dois, eles ficam revezando. E naquela cidade em que só há um policial, é ele o dia todo!

Então, srs. deputados, em muitas dessas cidades a preocupação maior dos nossos companheiros que estão lá é justamente a falta de efetivo, porque os assaltantes, principalmente os de banco, que fazem assalto com equipamentos de alta sofisticada, têm preferido assaltar nas cidades menores, que ficam no entorno das cidades grandes, justamente porque sabem que lá há menos efetivo policial e é mais demorado para o reforço chegar.

Nas cidades maiores, como Blumenau e Rio do Sul, por exemplo, e é assim no estado inteiro, há um efetivo maior, há o grupo de resposta tática, que tem mais condição de ataque num momento como esse. Mas nas cidades menores há um ou dois policiais por dia, geralmente com uma viatura frágil, velha, com dificuldade de fazer uma perseguição no caso de um assalto. Então, eles preferem assaltar as agências bancárias das cidades menores, que não têm esses reforços, não possuem condições de dar combate e não têm nenhum sistema de proteção nas entradas e nas saídas.

Assim sendo, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, a situação é mesmo gritante, pois estamos com falta de efetivo em todo o estado. Todas essas situações que eu citei são as reclamações que ouvimos sempre que vamos àquelas regiões. Em cidades grandes, por exemplo, como Joinville, faltam viaturas para a Polícia Militar.

Já conversamos com o secretário da Segurança Ronaldo Benedet a esse respeito, pois temos essa dificuldade no estado inteiro, porque a viatura trabalha 24 horas por dia. Sai uma equipe e entra outra e assim vai, a viatura não pára.

Nós compramos um carro particular e ele dura seis, oito, dez anos ou mais. Agora, uma viatura não pára nunca. A cada 12 horas é trocado o efetivo, é trocada a patrulha e a viatura continua a mesma. Logo, a cada dois ou três anos é preciso fazer uma reposição, uma troca dessas viaturas, porque senão elas estragam e acaba dando mais prejuízo consertá-las do que comprar novas.

Obrigado a v.exa. pelo aparte, que ficou compreendido demais. Desculpe-me por isso e parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Como conhecedor da Segurança, v.exa. só tem a contribuir com este debate, deputado Sargento Amauri Soares.

Se analisarmos que na região do Alto Vale há 29 municípios, que o número de estradas rurais e estradas não pavimentadas é extremamente elevado, imaginem v.exas. fazer segurança pública com carros Ipanema ano 97, 98, com dez anos de uso! E parece-me que os bandidos estão mapeando as cidades pela qualidade dos veículos porque onde os veículos andam menos, eles já começam a assaltar.

Então, cabe à comissão de Segurança Pública, juntamente com o deputado Dirceu Dresch, que está na presidência, fazer um levantamento sobre a situação real do estado, para que possamos reivindicar para Santa Catarina, dentro do Plano Nacional de Segurança Pública, uma prioridade para esse segmento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que aqui nos prestigia, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, obrigado por acompanharem os trabalhos dos parlamentares desta Casa.

Eu assomo à tribuna, hoje, para falar sobre três projetos de lei que nós encaminhamos, deputado Darci de Matos, ao Executivo por problema de vício de origem. Nós acreditamos que esses projetos são importantes, deputado José Natal, mas como criam despesas e nós não podemos fazer nenhum projeto que crie despesa ou renúncia de receita, nós estamos encaminhando, através de indicação, para que o governo estadual possa enviá-los a esta Casa de Leis como iniciativa sua.

O primeiro projeto institui o Programa Estadual de Incentivo à Adoção, deputada Odete de Jesus. Nós precisamos falar muito sobre essa questão da adoção de crianças. Na minha família, por exemplo, a minha irmã, que é esposa de um médico, é psicóloga, adotou uma criança que se chama Zilnaide. Essa minha sobrinha, deputado Darci de Matos, parece que é mais amada porque ela tem, como diria o deputado Manoel Mota, um *plus* de carinho; vemos nela uma questão tão querida, que é a criança adotada.

Então, nós precisamos fazer com que o estado seja o grande patrocinador da adoção de crianças, de adolescentes, para que eles possam ter uma família.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Deputado Kennedy Nunes, v.exa. tem razão, primeiro, pela importância do projeto. O nosso ex-deputado estadual João Matos, hoje deputado federal, em nível nacional elaborou o projeto da Lei Nacional de Adoção e nada mais justo do que Santa Catarina ter também o seu programa específico.

Mas o que me preocupou foi a sua maneira de encaminhar, ou seja, através de indicação, porque se for realmente *stricto sensu* da lei, provavelmente os deputados irão apresentar poucos projetos, pois todos, de uma forma ou de outra, originam despesa.

Esse mesmo problema nós enfrentamos na comissão de Constituição e Justiça. E eu estou colocando isso para ajudá-lo em sua preocupação, fazendo de forma correta o seu encaminhamento. Inclusive, o nosso líder, deputado João Henrique Blasi, encaminhou um expediente ao sr. Ivo Carminati, secretário de Coordenação e Articulação, falando sobre o problema dos vetos de ontem, opostos ao projetos de gênese parlamentar porque tinham vício de origem já que geravam despesa.

(Passa a ler.)

"Em vista de sugestão da comissão de Constituição e Justiça, do nosso Parlamento, decorrente da proposição do sr. deputado Sérgio Grando, venho manifestar a v.exa. que os projetos de lei de gênese parlamentar vetados pelo chefe do Poder Executivo passem a ser examinados no sentido de virem há ser, quando for o caso, ulteriormente reapresentados por iniciativa governamental."

Então, neste sentido, nós iremos apoiar as suas indicações para que realmente haja um consenso no Parlamento e no Poder Executivo, para não ficarmos em conflito tentando derrubar veto, por mais meritório que seja - e é meritório o projeto -, a fim de que possamos apresentar trabalho à população nessas questões importantíssimas de dignidade, de transparência e de moralidade.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado a v.exa. pelo aparte.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Eu queria pedir a sua autorização para me somar a esta indicação, inclusive porque no dia de hoje recebi, via *e-mail*, de um policial militar, o subtenente Airtton Vieira, um pedido para que agilizássemos a aprovação de projeto de lei que facilitasse a adoção no estado de Santa Catarina.

Então, com a sua aquiescência, eu gostaria de assinar junto com v.exa. essa proposição e dizer que estou disposto a fazer este debate nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Perfeito, deputado, com o maior prazer eu oportunizo esse trabalho, até porque, apresentado e aprovado pelos deputados, é de todos, é da Casa. Mas eu entendo que se essa questão da adoção for tratada e aprovada aqui facilitará os trâmites legais. Eu sei bem o que é isso porque acompanhei de perto o que a minha irmã passou nesse processo legal de adoção da sua filha. E há muita gente, deputado José Natal, que quer adotar e não consegue porque sabe da dificuldade que vai ser! E há também aquele medo de que se não pegar a criança, daqui a pouco eles irão tirá-la.

Então, essas são questões que acabam atrapalhando o trabalho de adoção, que é um trabalho interessantíssimo. E quando eu falo, deputado Edson Piriquito, com relação à adoção, eu me lembro da mãe Abigail. Os deputados Darci de Mattos e Nilson Gonçalves sabem de quem estou falando. Refiro-me à mãe Abigail, de Joinville, que já adotou mais de 50 filhos. E ela me disse, deputado Serafim Venzon, uma coisa que me marcou até hoje: "Eu já fiz laqueadura. Não posso mais ter filhos naturais, mas do meu coração eu nunca vou fazer laqueadura. Eu estou sempre disposta a adotar mais um". Ela tem três filhos.

Isso que é uma referência, deputado José Natal, de alguém que está aberto para esse trabalho tão importante de adoção.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Kennedy Nunes, quero cumprimentá-lo pelo tema que levanta. Há três grandes pontos nessa questão da adoção. O primeiro ponto é que há muitas famílias que querem adotar, que estão com o coração aberto para isso. Segundo ponto: há uma fila enorme de crianças sem família. E o terceiro ponto é que há, ao mesmo tempo, muita burocracia que, de certa maneira, dificulta a união entre aqueles que precisam ser adotados e as famílias que gostariam de adotar.

Por isso nós precisamos empenhar-nos com relação a esse assunto, para diminuirmos esse longo caminho burocrático que infelizmente dificulta mais a adoção.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero pedir a v.exa. e aos nobres deputados que fazem parte da base do governo para que conversem com o governador, a fim de que envie o projeto que nós anexamos à indicação, que tem vício de origem, como o deputado Sérgio Grandó já falou. Então, só o que falta é o governo do estado encaminhar para esta Casa o projeto, para que nós possamos discuti-lo e fazer valer o programa de incentivo à adoção em Santa Catarina. Já que v.exas. são da base governista, poderiam fazer isso.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Seguramente, deputado, eu levarei essa questão para a reunião da bancada do PSDB, para nós encaminharmos o pedido que v.exa. fez ao governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - Deputado, v.exa. poderia, inclusive, encaminhar junto um anteprojeto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Já está encaminhado, já está anexado à indicação.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - Perfeito.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Srs. deputados, outro assunto que eu queria tratar é o seguinte: quando eu estava vindo para cá, deputado Clésio Salvaro, parei num barzinho na Penha para tomar, como de costume, um suco de milho e comer um pastelinho de queijo. Quando estava no barracão da Penha, deparei-me com um jornal de Itajaí, que tem também aqui na capital, que é o *Diarinho*, de segunda-feira, deputado Edson Piriquito, que traz uma matéria que me chamou atenção. V.Exa., que é de Balneário Camboriú, conhece a região de Itajaí, Navegantes. E eu, por ter um programa na TV Brasil Esperança, na cidade de Itajaí, na Rádio 106, também conheço a região e tenho muitos amigos lá. Por isso eles estão me cobrando isso.

A matéria veicula, deputado Pedro Baldissera, que o governador Luiz Henrique da Silveira encaminhou para esta Casa o Projeto de Lei n. 0038/2007, que limita o acesso à travessia entre Itajaí e Navegantes.

A gratuidade na travessia entre Navegantes e Itajaí foi instituída pelo então governador Casildo Maldaner, que sancionou um projeto de lei do ex-deputado Cesar Souza, no qual os motociclistas foram incluídos através de emenda do deputado Volnei Morastoni, sancionada pelo então governador Esperidião Amin. Portanto, hoje, pedestres,

ciclistas e motociclistas não pagam a travessia entre Itajaí e Navegantes. Mas agora o governador quer acabar com isso, quer fazer com que as pessoas paguem essa travessia!

"Luiz Henrique da Silveira quer limitar passe livre do *ferry-boat* na região", deputada Ana Paula Lima! Quer tirar esse direito do cidadão, que existe desde 1991!

Peço, então, aos nobres pares que, por favor, não votem nesse projeto do governador Luiz Henrique da Silveira! O povo de Itajaí e de Navegantes, os trabalhadores da região, não merecem esse tratamento! Eu já conversei com o deputado Jandir Bellini e ele também tem o mesmo ponto de vista e está irritado com essa possibilidade. Então, eu gostaria de chamar a atenção dos nobres pares para o Projeto de Lei n. 0038/2007, que quer acabar com a gratuidade da travessia entre Itajaí e Navegantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, só quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Arnaldo Camargo Moraes, de Camboriú, cidade vizinha à minha, que muito nos satisfaz com a sua vinda para cá para buscar pleitos para aquela amada cidade.

Seja bem-vindo, vereador Arnaldo Camargo Moraes, como também toda a sua equipe de Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo hoje à tribuna para falar sobre um projeto que, tenho certeza, resolverá o problema da habitação popular, não só em Santa Catarina, como também no Brasil. É o kit da casa popular de madeira que foi lançado no mês de março, apresentado ao governador Luiz Henrique da Silveira, na cidade de Lages.

(Passa a ler.)

"O projeto é resultado de um desafio lançado pelo governador Luiz Henrique no início do ano passado, em reunião com industriais da área da madeira da Serra Catarinense, que enfrentavam, e ainda hoje enfrentam, a grave crise provocada pela valorização do real frente ao dólar, pelas altas taxas de juros, pela pesada carga fiscal e pela falta de pagamento dos créditos de exportação devidos em razão da Lei Kandir.

Hoje, cerca de 70% da produção é voltada para a exportação. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado, o setor de base florestal, que engloba o segmento de madeira e móveis, é o segundo maior exportador catarinense, só perdendo para a agroindústria. Nos últimos anos, foi registrada uma redução de 9% no número de empresas em atividade no estado. O setor emprega cerca de 80 mil pessoas e houve um decréscimo da ordem de 16% no volume de mão-de-obra contratada.

Nesta situação de crise, o governador Luiz Henrique da Silveira sugeriu a busca de alternativas, unindo o poder de compra do governo estadual com a capacidade criativa da indústria, para assim responder a uma grave necessidade social para a faixa com menor renda da população.

O kit foi lançado em Lages, agora em março, e vem sendo considerado uma revolução na área habitacional."

Tenho certeza de que se for levado a sério esse kit, tanto pelo governo estadual quanto pelo governo federal, ele será a saída para o problema do déficit habitacional em Santa Catarina e no país.

(Continua lendo.)

"São casas de 45,32 m², com três quartos, sala e cozinha conjugadas e sanitário a um custo de R\$ 9.000,00 a unidade. Isso significa uma prestação de R\$ 60/mês ao cidadão de baixa renda, sendo que muitos deles pagam até mesmo o dobro em aluguel. O tamanho da casa pode ser ampliado com mais dois cômodos na parte posterior, ficando com 60,60 m², e com mais uma cobertura lateral para varanda ou garagem totalizando 82,26 m²."

Porque a casa é toda construída em módulos, podemos aumentar um quarto ou uma garagem, compra-se o módulo e a própria família pode fazer a construção da sua casa.

(Continua lendo.)

"A casa é construída em madeira tratada em autoclave e submetida a um tratamento que quadruplica a sua resistência. O telhado é de material reciclado leve e flexível, refletindo bem a luz e o calor do sol, contribuindo para impedir o aumento de temperatura e protegendo-a de intempéries.

Ela se difere das demais por ter paredes constituídas por um conjunto de painéis pré-montados. São 12 tipos de painéis, cada qual com sua posição específica nas paredes. O kit possui um manual de instruções de montagem que incentiva o trabalho de mutirão - que iniciou em Lages na administração Dirceu Carneiro, quando prefeito. Três homens são o suficiente para erguer a residência em até quatro dias.

O desafio foi vencido e temos agora um projeto e um programa extraordinário. O governador sugeriu, agora, que seja examinada a possibilidade de agregar também a indústria moveleira, unindo todos num trabalho que poderá revolucionar a questão habitacional e ser uma excelente oportunidade para a indústria e fonte de emprego e renda para milhares. A idéia é que móveis populares sejam confeccionados, deixando a moradia pronta para ser habitada.

A prioridade é para famílias de baixa renda e o kit será subsidiado pela Cohab/SC, que se responsabiliza por 2/3 do valor, enquanto o mutuário arca com o restante, pagando uma prestação de R\$ 60,00 durante 72 meses.

Durante o lançamento foi assinado o primeiro contrato com a Cohab, que beneficiou o primeiro agricultor da região serrana. Trata-se do senhor Mário Gomes da Silva, do distrito de Cruzeirinho, no município de Cerro Negro, onde temos problemas habitacionais, mesmo sendo um município pequeno.

Mas o projeto não vai beneficiar apenas a população carente. O viés ecológico da iniciativa é o apelo que pode dar uma dimensão muito maior ao projeto piloto, pois a casa é feita de madeira reflorestada e de baixo impacto. O método convencional de construção civil (casas de alvenaria) envolve toda uma gama de material como areia, brita, cimento e tinta, que são retirados da natureza, com alto impacto ambiental.

Para se ter uma idéia, construir uma casa do mesmo tamanho em alvenaria, somente na queima para a secagem dos tijolos seria necessário o mesmo volume de madeira utilizado na casa que está sendo apresentada hoje, que é essa casa popular, o kit madeira." São mais de sete metros cúbicos de madeira. Isso significa também o sequestro de carbono, que tanto se comenta hoje no mundo.

(Continua lendo.)

"A madeira funciona como um isolante térmico natural, garantindo o conforto dos usuários. É preciso mudar esta cultura de que a casa de alvenaria é melhor."

É preciso mudar esta idéia de que casa de madeira não presta, que só a de alvenaria é boa, porque nos Estados Unidos e na Europa a melhor casa é a de madeira. Nós temos a matéria-prima e podemos agregar valor e renda a esta casa de madeira.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Deputado Elizeu Mattos, não resta dúvida de que Lages é considerado, em termos de reflorestamento, o terceiro pólo mundial. Temos uma região da Islândia, uma da Austrália e depois a região serrana de Lages. Esse potencial já transformou a concepção em Lages: só com queima da serragem, com queima da madeira que vai apodrecer, a primeira usina termoelétrica de biomassa produz cerca de 28 megawatts e 25 mil quilos de vapor por hora. Vejam bem, depois de passar pela turbina, aquele vapor ainda vai atender empresas como a Batistella, a Sofia e outras, onde podem levar a madeira para secar e para exportação.

Então, v.exa. colocou muito bem, é uma casa ecológica. Se construir uma casa de 45 m² de tijolos, queimar-se-á, para secar este tijolo, a mesma quantidade de madeira. Enquanto isso, a casa ecológica tem o telhado de material reciclado, feito com saquinhos de leite - estou falando do vasilhame do leite -, vejam como a parte de reciclagem é aproveitada com durabilidade.

Essa tecnologia não só tem que ser levada para toda Santa Catarina, mas deverá ser levada para o Brasil todo, e esse é o papel do poder público, porque essa é uma iniciativa privada, onde várias empresas e empresários se uniram, com inteligência, com ousadia, apresentando uma solução popular que deve ser colocada à disposição e divulgar esse kit. E nós estivemos lá, com a presença do governador, na sua inauguração. Este é um governo que se preocupa com essas iniciativas e criatividades que surgem em toda a sociedade.

É aquilo que nós estávamos falando: quando é que começa a surgir isso? Quando se descentraliza o governo, permite-se que as potencialidades de cada região aflorem em produtos, e possam concorrer, inclusive, em nível de mundo globalizado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Muito obrigado, deputado Sérgio Grando. Gostaria de registrar que o desenvolvimento desse projeto, sr. presidente, teve a participação de várias entidades, entre elas, o Sindimadeira de Lages, a Cohab, Urbe - Arquitetura e Urbanismo, secretaria de Desenvolvimento Regional, a descentralização e o Sindicon - Sindicato da Indústria da Construção Civil.

Antes de encerrar eu gostaria de apresentar um vídeo, uma animação de como é a casa de madeira, o seu protótipo, o kit da casa de madeira, casa auto construída.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Aqui os deputados puderam ver que esta casa pode ser construída pela própria família.

Lembro, sr. presidente, que em Lages, na habitação popular, desencadeada por Dirceu Carneiro, pedia-se às pessoas, às crianças que participaram da construção de sua casa, que a desenhassem. Quando as pessoas participavam da construção de sua

casa, as crianças se desenhavam na janela, quando ganhavam a casa, desenhavam-se fora dela. Por isso é importante a participação da família, pois também haverá a valorização dela na construção da sua casa.

Eu deixarei um kit com o presidente, quem quiser conhecer a casa, estará na Presidência o manual da casa popular de madeira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, agradeço à liderança de meu partido por ter me cedido este espaço.

Gostaria de tratar hoje, aqui, a respeito de um veto do governador Luiz Henrique, que ontem foi mantido por esta Casa, ainda que por estreita margem, que é o veto ao projeto que trata do transporte gratuito aos idosos, com mais de 65 anos e que ganham menos de dois salários mínimos.

O projeto deu entrada nesta Casa, na legislatura passada, de autoria do deputado Cesar Souza, que como todos sabem é uma pessoa que tem uma trajetória de longa data na área de gratuidade de transporte coletivo para os idosos.

O veto do governador não foi dado com absoluta falta de razão; o projeto, eu tenho a convicção de que poderia ser mantido, mesmo com o texto com que deu entrada. Mas alguns detalhes levaram a Procuradoria-Geral do estado a recomendar o veto ao governador, que o fez, tenho certeza, por questões legais, jurídicas, e não por uma questão de mérito.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi, teve, na maneira muito respeitosa com a qual conduziu a questão, lealdade, e no papel de líder não poderia agir de maneira diversa.

Agora, gostaria de comunicar aos srs. deputados que os problemas levantados pela Procuradoria-Geral do estado, todos eles são absolutamente sanáveis. Embora houvesse aqui a colocação, no encaminhamento de votação, por parte, inclusive, do deputado Marcos Vieira, de que se trataria de vício de origem, podemos verificar no texto da Procuradoria-Geral do estado que não há vício de origem no projeto. Há, sim, alguns problemas técnicos de vinculação a fundos que levaram a procuradoria a dar esse parecer.

Então, quero comunicar aos srs. deputados, comunicar à sociedade catarinense, comunicar aos idosos carentes, pobres do nosso estado, que estou hoje dando entrada nesta Casa a um projeto que garante o mesmo direito, qual seja, a gratuidade do transporte coletivo intermunicipal aos maiores de 65 anos, adequado às exigências da Procuradoria-Geral do estado. E ainda mais, o projeto também será adequado ao Estatuto do Idoso.

Lembro também que uma das razões que pode ter levado a procuradoria a indicar ao governador o veto, foi que ao momento da proposição do projeto ainda havia uma discussão jurídica acerca da constitucionalidade do mérito.

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento proferido pelo ministro Gilmar Mendes, exauriu a questão. A lei é constitucional, não há vício de origem na proposição parlamentar, é uma convicção que temos, até porque, deputado Sérgio Grando, v.exa., que propôs a gratuidade para o estudante na

Câmara Municipal de Florianópolis, juntamente com o deputado Cesar Souza em 1984, sabe que foram dois projetos de origem parlamentar, e as leis estão até hoje prestando grandes serviços.

E, além disso, o art. 185 da Constituição, que garante a gratuidade para o idoso no transporte intermunicipal de característica urbana, também teve origem no Poder Legislativo, através do poder constituinte originário, quando da Constituinte de 1989, e é da lavra do mesmo parlamentar.

Portanto, estou convencido que com essas alterações poderemos ver, aqui no estado, implantado no âmbito do governo estadual, aquilo que o governo federal, de maneira muito clara e de maneira elogiável, concedeu aos idosos no plano federal.

Espero, agora, poder contar também com o apoio do governo do estado nessa trajetória. Creio que o projeto, sanadas as dificuldades iniciais, cristalizado e configurado em Brasília, poderá aqui dar essa gratuidade para o idoso carente, com mais de 65 anos, que precisa tratar-se, que precisa procurar saúde em outro município, que não pode estar dentro de "ambulancioterapia", que precisa visitar os filhos, visitar os parentes.

Creio tratar-se de medida de largo alcance social, e com essas alterações legais que por ora vamos apresentar nesse novo projeto, creio que teremos, aí sim, a configuração, inclusive a boa vontade do governo do estado.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Concedo um aparte ao deputado nobre colega deputado Sérgio Grando.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Quero parabenizar v.exa. e dizer que realmente a luta continua. Tive a honra de ser vereador da capital do estado de Santa Catarina juntamente com o ex-deputado Cesar Souza. Lá apresentamos, de forma conjunta, unida, apesar de sermos de partidos diferentes, o projeto do passe do idoso no município, ele foi o proponente e eu fui o sub-relator. Fiz o projeto do passe do estudante com 50% de desconto, onde fui o proponente, e ele sub-relator. Votamos, aprovamos o projeto, o prefeito vetou, derrubamos o veto, o prefeito alegou inconstitucionalidade, e o juiz deu a decisão favorável.

E, agora, com o Estatuto do Idoso, com o exemplo federal, com certeza vai sair o passe do idoso, por sua iniciativa e com interesse do governo do estado, inclusive utilizando o critério do governo federal, limitando o número, se é que os empresários não alegarão que serão prejudicados, mas é possível uma solução conjunta.

Meus parabéns e a luta continua, realmente.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Sérgio Grando, que é também um batalhador por esta causa, e contarei com esse amigo parlamentar na tramitação deste projeto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Concedo um aparte ao meu companheiro de bancada, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior. Desejo parabenizá-lo pela iniciativa de insistir neste projeto que concede a gratuidade do transporte intermunicipal para os idosos de Santa Catarina. Sobretudo, na adequação deste projeto para conquistarmos a legalidade e, possivelmente, a aprovação nesta Casa.

Gostaria de dizer que este projeto é pertinente, porque hoje temos no Brasil 16 milhões de pessoas da terceira idade, da melhor idade. Dentro de 50 anos, 1/3 da população mundial terá acima de 60 anos. Portanto, as pessoas da terceira e melhor idade têm que ser tratadas com respeito e com dignidade. Este projeto, de autoria do ex-deputado Cesar Souza, é pertinente e terá, certamente, o apoio de todos nós.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Agradeço a contribuição do deputado Darci de Matos.

Utilizando o tempo que me resta, gostaria apenas de dizer que o grande conflito da nossa era será o conflito de gerações, visto que a longevidade aumenta e os recursos cada vez são menores.

Acredito que é uma medida de solidariedade nossa com a geração mais idosa. É fundamental aprovarmos esse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Deputada Ana Paula Lima, muito obrigado pela gentileza.

Gostaria de registrar a presença da comitiva de Porto Belo, nossos amigos desta querida e amada cidade, o Vadinho, que pertence ao nosso PMDB, nosso ex e futuro candidato a prefeito daquela cidade, o Paulo Rebelo, que já foi secretário de obras, e o Alcenir, que também é parceiro nos empreendimentos do nosso vereador Onésio Ramos.

Fica aqui o registro, a oficialidade da Casa. Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores, imprensa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, nosso público aqui presente.

(Passa a ler.)

"Fico imaginando como reagem as pessoas que nos acompanham pela TVAL, vendo a base do governo aprovar vetos do governador a leis que melhorariam significativamente a vida da população catarinense, que assistiriam os doentes, os presos, à população mais carente.

Esses projetos chegam a esta Casa por falta de políticas de assistência social no estado. Eles chegam até aqui porque nós ouvimos as bases e elas representam o sentimento da população.

Acho que outros projetos mais sofisticados, as viagens à Europa, merecem mais atenção desse governo que os projetos populares.

Qual a justificativa de vetar um projeto que isenta o pagamento do IPVA para deficientes físicos, por exemplo, quando o próprio governo isentou os motoqueiros deste pagamento durante a campanha eleitoral? Por que vetar projetos de ações afirmativas, de apoio à juventude, de bolsas universitárias, de transportes aos doentes, aos idosos, as Casas da Família, o apoio ao artesanato, enfim, projetos que trazem melhorias efetivas para o povo catarinense.

Outro assunto que trago no dia de hoje é com referência à audiência pública realizada ontem sobre a terceira reforma administrativa do governo do estado.

(Continua lendo.)

"Confirmou-se na audiência pública a disposição da sociedade em discutir e propor melhorias para a gestão do estado. A sociedade está preocupada com a questão financeira e com os problemas que estão acontecendo em Santa Catarina. A população mostrou claramente que não é necessariamente contra a reforma administrativa, mas foi unânime em solicitar mais tempo para estudar o projeto e pediu, encarecidamente, que o governo fizesse a retirada do regime de urgência.

É preciso que se faça um debate mais amplo, aprofundado. Poderemos utilizar o critério da divisão das secretarias regionais, as 30, ou as 36 futuras. Teremos assim pelo menos 36 audiências públicas para que possamos realmente fazer com que as secretarias regionais comecem a participar desde esse debate da reforma administrativa.

Quero também levantar algumas questões sobre a terceira reforma administrativa. Em primeiro lugar, cobrar algumas respostas que ainda não tivemos:

- qual a metodologia para a tão propalada economia?

- por que onerar ainda mais os municípios repassando ou vendendo obrigações (biblioteca, centro social urbano, estradas) e não recursos?

- por que o governador quer um cheque em branco, poder político para si para movimentar sem limites e livremente os recursos constitucionais, para regulamentar cargos e vender o patrimônio público e para os 36 secretários ou governadores regionais, não eleitos, conflitando com o poder local, com os prefeitos?

- ou ainda como irá diminuir a terceirização em 50 a 70%, como tem sido propagandeado, de que forma será substituída essa mão-de-obra?

Há muitas dúvidas e o governo não nos tem dado respostas convincentes.

Para nos auxiliar no esclarecimento dessas questões, solicitamos à consultoria parlamentar desta Casa um estudo sobre a tão propalada economia, e ela não conseguiu identificar, no corpo do projeto, de que forma serão cortados os gastos do estado e como terá aquele superávit propalado.

Por isso, solicitamos na manhã de hoje, na comissão de Finanças e Tributação, um novo pedido de informação, agora para o secretário da Fazenda.

Temos feito um imenso esforço para entender os motivos da criação de artigos, como o art. 171 e o art. 173, ou ainda o motivo de livrar-se do Ciasc, se o governador quer um governo eletrônico. Se ele for extinto, como se fará? Haverá outra terceirização ou vão vender o Ciasc para fazer caixa e depois criar outro Ciasc para desenvolver a mesma função?

Acredito, sim, que 36 secretarias regionais representam um exagero. Não há critérios técnicos que justifiquem esse número. A meu ver, de oito a dez, conforme as bacias hidrográficas, seriam suficientes; 21 atenderiam o critério das divisões atuais da Fecam, do IBGE, o que seria o bastante.

Eu não sou contra a descentralização, desde que ela signifique a democratização efetiva, a ampliação dos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, o que não é uma realidade, hoje.

Mas se o governo crê que essa quantidade é a ideal, então por que não propõe que tenhamos também: 36 hospitais regionais, 36 escolas profissionalizantes, 36 bibliotecas e centros culturais regionais, ou ainda 36 campi da Udesc, ou ainda 36 gerentes do transporte escolar?

Se 30 cargos por secretaria regional é o ideal, por que não gerar 30 bolsas de estudos para os nossos jovens?

É por questões como essas que temos procurado motivar a sociedade e a mídia catarinense para debaterem a reforma, e para que entendam e analisem a proposta apresentada pelo governo."

Então, reforçando, é importante que a sociedade participe. E se é para descentralizar, é para descentralizar também os serviços. Queremos 36 serviços na ponta para que realmente atendam à população, que é isso que ela precisa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Nós gostaríamos de registrar a presença, nesta Casa, de dois vereadores do PP da nossa querida Itajaí: o vice-presidente daquela Câmara, professor Herval Angelo Esmeraldino, e o vereador Rogério Nassif Ribas, líder da bancada.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense os vereadores da cidade de Itajaí!

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu gostaria de registrar que no dia de hoje Rodeio comemora seus 70 anos de existência. Então, os nossos cumprimentos ao município!

Queremos registrar também que no dia 18 o município de Campo Alegre comemorará os seus 110 anos de existência, inclusive com uma grande festa tradicional, a Festa da Ovelha. E eu convido os srs. parlamentares para fazerem parte do festejo.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, eu trago, hoje, uma matéria ao debate nesta Casa que mostra o comportamento que o atual governo vem adotando, imitando o governo anterior que pertencia ao mesmo grupo político. E irei apresentar dois vídeos, muito brevemente. No primeiro - e peço à assessoria que mostre para todos - v.e.xas. verão a peça de ficção científica. Esse filme representa a ficção que se está divulgando acerca da educação pública catarinense.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Essa é a ficção: uma propaganda bem elaborada, amplamente divulgada, enquanto que, na realidade, o que encontramos é uma situação muito diferente: escolas interdidas há mais de ano, que continuam interdidas e alunos que voltaram ao ano letivo sem a distribuição do material. Sequer aquele uniforme muito mais utilizado como material de campanha no ano passado foi distribuído neste ano.

Deputado Pedro Baldissera, eu acho que as Oposições nesta Casa estão sendo incompetentes. Esquecemos, por exemplo, de avisar o governo que as aulas recomençariam em março, porque eu ouvi uma entrevista do secretário da Educação outro dia dizendo que o material talvez só daqui a 90 dias porque não ficou pronto. Vejam que o governo não lembrava que as aulas recomençariam agora em março.

Mas já vimos a peça de ficção científica e vamos ver agora a realidade da educação pública no nosso estado.

(Procede-se à exibição de outro vídeo.)

Triste realidade! Como estamos vendo, a realidade é muito diferente da ficção divulgada pela mídia oficial do governo e a nossa imprensa está repercutindo, deputado Kennedy Nunes, no dia-a-dia. Ontem a capa do nosso principal diário trouxe, inclusive, a informação de que a evasão escolar naquele estabelecimento de 54 anos de existência, a Escola de Educação Básica Professora Célia Coelho Cruz, chega a 29% neste ano. Deputados Sílvio Dreveck e Jandir Bellini, 29% de evasão escolar de uma escola interdita há mais de um ano! Os alunos, transferidos para um salão de bailes dividido com os tapumes que os senhores acabaram de ver, estão estudando nessas condições precárias. Essa é a realidade do ensino público de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Joares Ponticelli, eu quero parabenizá-lo por trazer essa questão.

No dia 4 de março, domingo, a comunidade me levou para conhecer essa escola. E o pior é que esse problema não existia. A escola estava funcionando, claro que com precária manutenção, mas não tinha risco de cair, como disseram que tinha. Tanto é que, mesmo com a depredação, ainda não caiu.

Em setembro, chegaram lá na época eleitoral, disseram que a escola iria cair e que iriam retirar todos dali para que fosse construída uma nova escola. E foi isso que fizeram, mas não havia nem projeto - como ainda não há! Por isso que faz quase um ano e a escola ainda nem começou, porque não há projeto! Conclusão: depredaram um patrimônio público e as crianças estão em piores condições do que estavam antes!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Décio Góes.

É profundamente lamentável o que está acontecendo, não há previsão sequer para demolir o prédio velho, deputado Valmir Comin! O prédio velho, deputado Kennedy Nunes, transformou-se num local de distribuição de drogas - é o que os pais estão dizendo nessa matéria. Todas as noites, deputado Dirceu Dresch, traficantes e consumidores de drogas se encontram nas dependências do prédio velho, que está totalmente depredado. Os alunos se encontram nessa condição precária e não há sequer previsão de demolição do prédio velho para iniciar a nova obra.

Esta é a realidade de uma das tantas outras escolas interditas no nosso município e na nossa região. E estamos levantando a situação das demais escolas e vendo que esse não é um exemplo isolado, não. Nós vamos trazer, semanalmente, em homenagem à educação pública de Santa Catarina, para tentar sensibilizar o governo e em homenagem ao compromisso que temos com a escola pública de qualidade, mais um filmezinho desses, para mostrar que a ficção divulgada diariamente através da propaganda oficial não está de acordo com a realidade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Só para dizer que na semana passada um deputado trouxe aqui a situação das escolas antes e depois para nos contestar, e eu fiquei sabendo que no dia em que foi mostrada nesta Casa a Escola de Educação Básica Olavo Bilac, em Pirabeiraba, no município de Joinville, que, segundo o deputado, tinha sido reaberta, no mesmo dia ela foi interdita de novo depois da reforma.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Eu lamento que tudo isso esteja acontecendo, e o que me dá um pouco de tranquilidade é que essas matérias não estão sendo produzidas, como disseram, pela equipe de filmagem do deputado Kennedy Nunes. Foi uma matéria divulgada, responsavelmente, pela TV Barriga-Verde, na noite de ontem. E eu sei que daqui a pouco alguém vai ser escalado para vir aqui dizer que essa é mais uma invenção, que é a Oposição requeitando - algum daqueles que ficam nos acompanhando no dia-a-dia está escalado para isso -, mas aí será preciso que contestem, acima de tudo, a imprensa catarinense, que começa a mostrar essa triste realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Como palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Boa-tarde, sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham neste momento, e servidores e servidoras desta Casa Legislativa. Queremos retomar, e completar, o assunto que falamos ontem - e vários srs. deputados já o citaram nos últimos dois dias -, ou seja, o falecimento do delegado coordenador da Central de Polícia, Acioni Souza Filho, um grande policial civil.

Com certeza, todos os policiais da Grande Florianópolis tiveram a oportunidade, em algum momento, de desempenhar alguma missão junto com ele, tanto policiais civis quanto militares. Ele era uma pessoa de grande capacidade e de grande envolvimento com a causa.

Quero falar, também, sobre o falecimento de um outro companheiro, o soldado Eoly Rosa Junior, promovido a cabo. Trabalhamos juntos durante 16 anos na Penitenciária da Trindade, e foi um grande irmão de farda, um grande companheiro que sepultamos no dia 3 deste mês, portanto há dez dias.

Conforme eu já falei ontem, deputado Manoel Mota, faleceu também o sargento José Ailton Casagrande, um morador da cidade de Aranguá. E na última segunda-feira fomos até Meleiro, na comunidade de Alto Jundiá, para o seu sepultamento. Lá ele trabalhava sempre envolvido com a comunidade, com a construção de escolas, enfim, um grande companheiro policial militar também envolvido com a educação e com o desporto da juventude daquela cidade. Todos os três morreram de enfarto fulminante em virtude do estresse profissional, da dificuldade para dar solução aos problemas em razão da profissão, da má alimentação, do tabagismo e por aí afora.

Quero dizer a todos os companheiros que precisamos continuar vivos e fortes para tocar a nossa luta, a nossa batalha que tem sido pesada. Toda semana ou até mais do que isso temos que sepultar um dos nossos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputado, é apenas para externar em meu nome pessoal, até porque temos um envolvimento muito forte com a Polícia Militar e com a Polícia Civil, os nossos sentimentos e que transmita aos familiares, aos quais v.exa. é tão chegado. Da mesma forma em nome do PSDB desta Casa e da minha equipe de trabalho, porque entendemos e sabemos da vida que levam esses policiais, o estresse a que estão expostos diariamente e muitas vezes acabam perdendo a vida precocemente em decorrência desse tipo de atividade.

Nossos sentimentos e respeito a todos os familiares que estão enlutados neste momento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Agradeço o seu aparte, nobre deputado, e na oportunidade o faremos, conforme pedido de v.exa., citando esta sua homenagem e do seu partido.

Hoje pela manhã recebemos um grupo de monitoras do Centro de Recuperação São Lucas, de São José. Elas denunciaram uma situação de dificuldade de trabalho, de falta de condições de trabalho e foram suspensas 30 dias pelo delegado interino. Pensamos até que o delegado Paulo Neves, que responde interinamente pela secretaria da Segurança não estivesse devidamente informado da situação. E estamos aqui pedindo, como já fizemos por outros meios, que o delegado Paulo Neves reveja este ato e que recoloca essas profissionais de volta ao trabalho porque são profissionais sérias, competentes que estão desempenhando suas atividades.

É preciso registrar que esta situação acontece em outras áreas, em outras instituições, com o servidor da área da segurança que vai reclamar ou que vai pressionar pela falta de condições de desempenhar bem o seu trabalho e acaba sendo coagido desta forma a silenciar.

Recorremos ao delegado Paulo Neves... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Clésio Salvaro, brilhante parlamentar que preside esta sessão, integrantes da Mesa, sras. deputadas e srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada.

Sr. presidente, ontem participamos do início ao fim da audiência pública, solicitada pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi. Achei a audiência pública com um nível muito bom, muito maduro, com debates, quando foram ouvidas várias entidades. Foi um debate saudável e importante para a população catarinense.

Srs. deputados, sinto muito discordar da imprensa, mas hoje lendo os jornais, mais especificamente o *Jornal de Santa Catarina*, uma das manchetes diz o seguinte: "Audiência sobre reforma teve muito barulho e pouca ação".

Eu discordo! Discordo, porque foi uma audiência na qual os srs. parlamentares que ali se fizeram presentes puderam colocar os seus posicionamentos; as entidades representadas puderam colocar os seus anseios, os seus repúdios, e até comentei que a população catarinense, hoje, graças a Deus, tem essa abertura para dialogar, reivindicar e colocar as suas angústias. Hoje temos liberdade, podemos nos expressar aqui nesta Casa Legislativa. E nós, também, podemos ter uma ampla explanação, através do secretário de Coordenação e Articulação, sr. Ivo Carminati. É claro que nós ainda estamos aqui discutindo, pois a matéria está tramitando nesta Casa.

Ontem pudemos ouvir aqui desta tribuna do próprio líder do governo que os 15% das gratificações das atividades fazendárias, aquelas que foram concedidas no final do ano, se manterão. Com alegria soubemos que a nossa Biblioteca Pública não será privatizada e não ficará à custa do município.

Então, tem muito chão pela frente, essas matérias ainda serão debatidas. Inclusive hoje o deputado Décio Góes, na nossa comissão de Finanças e Tributação, fez uma solicitação antecipada - claro que esses projetos não tramitam ainda na nossa comissão -, mas s.exa. já a explanou aqui, no horário do seu partido, o PT. Então, tem muito chão pela frente, como diz o deputado Onofre Santo Agostini: "tem muita água para passar por debaixo da ponte". Nós ainda vamos discutir muito e avançar. E naquilo que ferir ou que trazer danos à população, é claro que vamos votar contra.

Srs. deputados, esta deputada solicitou que o secretário Ivo Carminati, venha até a nossa comissão de Finanças e Tributação para dar melhores explicações, já que essa comissão trata de todas as finanças do estado de Santa Catarina. E o deputado Gelson Merísio que estava presidindo hoje, salientou na comissão de Finanças e Tributação, deputado Manoel Mota, que o secretário virá falar também na comissão de Constituição e Justiça. Então, teremos uma reunião conjunta novamente e vamos amadurecer as idéias para poder excluir aquilo que causar danos à população.

Então, srs. deputados, estaremos atentos e vamos repudiar aquilo que for maléfico para o nosso estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só gostaria de deixar registrado aqui a justificativa da ausência do deputado Reno Caramori que, por motivo de saúde, não pôde comparecer a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, há instantes o deputado Cesar Souza Junior fez referência ao veto ao projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Souza, que concede ao idoso a gratuidade nos transportes coletivos públicos intermunicipais e adota outras providências.

Disse s.exa. no seu pronunciamento que o que eu afirmara no dia de ontem acerca do vício de origem da tramitação do projeto, não constava no parecer da Procuradoria-Geral do estado, anexo ao veto encaminhado por s.exa, o governador do estado, a esta Casa.

Quero crer que o deputado Cesar Souza Júnior, ao fazer tal referência, tenha se equivocado na interpretação da leitura do texto do referido parecer. Faço questão de ler parte dele no sentido de dizer que a afirmativa do dia de ontem está absolutamente correta.

Diz o parecer do sr. procurador-geral, endereçado ao sr. secretário de estado da Coordenação e Articulação.

(Passa a ler.)

"Atendendo à solicitação contida no Ofício n. 0043/SCC-DIAL-GEMAT, os presentes autos foram remetidos a esta Procuradoria para análise do autógrafo do Projeto de Lei, que 'Concede ao idoso a gratuidade nos transportes coletivos públicos intermunicipais e adota outras providências'.

A fim de concluir o processo legislativo, o autógrafo do Projeto de Lei ora em exame foi submetido ao Senhor Governador do Estado para as providências estabelecidas no art. 54 e seu § 1º, da Constituição do Estado, 'verbis':

Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento[...]"[sic]

Quando diz o parecer da Procuradoria que se trata de projeto de lei de iniciativa parlamentar, a expressão, por si só, "de iniciativa parlamentar" (e ao final do parecer haverá de constar que a iniciativa deverá ser de origem do Executivo), configura que há, sim, vício de origem.

(Continua lendo.)

"Trata-se de projeto de iniciativa parlamentar que concede gratuidade dos serviços de transportes coletivos intermunicipais às pessoas idosas maiores de sessenta anos de idade [...]"

Assim, o projeto de lei em referência ampliou a abrangência da regra constitucional federal, reduzindo a concessão do benefício para as pessoas com idade inferior a sessenta e cinco anos.

Por outro lado, a isenção do pagamento de bilhete de passagem, e a sua dedução do valor devido pelas concessionárias de serviços de transportes coletivos públicos intermunicipais a título de Tarifa de Administração, Controle, Planejamento e Modernização do Sistema - TA, na forma prevista no art. 10 do autógrafo, tem por consequência a renúncia de receitas públicas[...]"

Diz ainda o parecer em referência:

"Entretanto, as disposições do autógrafo foram aprovadas sem a observância das regras relativas à estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente a este e aos dois próximos exercícios financeiros[...]"

A par disso, na constatação de que existe antagonismo entre a LEI COMPLEMENTAR FEDERAL, que disciplina matéria reservada a ela constitucionalmente e de observância obrigatória pelos Estados Membros e a LEI ORDINÁRIA LOCAL, impõe-se admitir que tal situação se resolve pelo reconhecimento da inconstitucionalidade da norma local, porque foi produzida em desconformidade com a Lei Complementar Federal n. 101/00.[...]"

E para concluir, sr. presidente e srs. deputados.

(Continua lendo.)

"Daí conclui-se, inevitavelmente, que a lei estadual deve, obrigatoriamente, observar as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de incorrer na caracterização de vício de inconstitucionalidade.

Finalmente, constata-se que as disposições do art.12, do Autógrafo do Projeto de Lei, tratam de matéria orçamentária, cuja iniciativa de lei é atribuída ao Poder Executivo[...]"[sic]

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Marcos Vieira, gostaria de dizer que eu sei que v.exa. tem simpatia pela matéria, como v.exa. me colocou, quanto ao seu mérito. E v.exa. é um deputado bastante técnico e analisa devidamente os projetos.

Quando eu coloquei que não haveria vício na matéria, estava me referindo à propositura, à matéria especificamente. O parecer manifestou-se contrariamente a um fundo que foi criado para financiar este benefício assistencial e que aí, sim, seria de exclusividade do Poder Executivo. E foi nisso que v.exa. baseou seu relatório.

Então, gostaria de deixar claro que eu acredito que temos, sim, capacidade de propor esse projeto no âmbito, mas que seu parecer ateu-se a esse aspecto. É importante que isso fique claro, até porque agora, deputado, sanado esse problema, o projeto vem para o exame desta Casa e espero contar também com o seu apoio. Mas quero deixar bem claro que o seu parecer foi técnico e que no mérito v.exa. é favorável a esta matéria. Vai ser importante também, porque estamos juntos na comissão de Constituição e Justiça, para que possamos melhorar o projeto e torná-lo viável.

Mas estou convencido que em que pese esse ponto específico a que v.exa. se referiu, haveria uma inconstitucionalidade de vício de origem capaz de ser sanada até via regulamento, mas não houve assim o entendimento do governo. E proponho que a partir de agora possamos, juntos, deputado, construir esse benefício assistencial tão importante. Mas quero deixar claro que v.exa. no mérito não é contrário e vai nos ajudar a poder construir essa matéria.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu também estranhei, deputado Marcos Vieira, que v.exa. ontem, quando da votação da matéria de autoria deste deputado, tenha encaminhado a sua bancada a votar contra o projeto de lei que isenta os portadores de deficiência. Estranhei porque também é inconstitucional, e é o maior absurdo, isentar as motos até 125 cilindradas, que são aproximadamente 200 mil em Santa Catarina, e vetar o projeto dos coitadinhos dos deficientes físicos, porque é inconstitucional. E não é o procurador que vai dizer se a ação é ou não inconstitucional, pois existe o Supremo para decidir a inconstitucionalidade.

É muito comum vermos nesta Casa, procurador levantar inconstitucionalidade em qualquer lei. Não é bem assim! Para se julgar uma ação inconstitucional não é o parecer de um procurador ou de um secretário de estado, é o Supremo que decide pela inconstitucionalidade de determinada ação.

Lamentei profundamente porque v.exa. conhece as dificuldades das pessoas portadoras de deficiência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, o seu líder, deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente...

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Solicitei o aparte para terminar o pronunciamento que estava fazendo.

Srs. deputados, evidentemente, quanto ao mérito a matéria tem toda a minha aprovação, até porque há essa necessidade, uma vez que o trabalhador catarinense, assim como os trabalhadores brasileiros, ganha pouco mais de R\$ 300,00 e menos de R\$ 400,00 e necessita do benefício.

Este deputado acompanhou o parecer da Procuradoria-Geral do estado e entendeu que realmente há vício de origem e que é inconstitucional. Mas, deputados Onofre Santo Agostini e Cesar Souza Júnior, sanadas as irregularidades constitucionais, v.exas. podem contar com o apoio deste deputado para qualquer matéria de interesse social para a comunidade de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço, deputado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Como v.exa dispõe de uma fatura de tempo para falar que os outros deputados não têm, vou lhe pedir para ocupar uns minutinhos do seu tempo. V.Exa. vai ter tempo para falar barbaridade, pois dispõe ainda de 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Mas só tenho metade do tempo, a outra metade será cedida.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Então, eu vou ser rápido, deputado Manoel Mota. Só quero solidarizar-me com o ex-deputado Cesar Souza, meu grande irmão, meu grande amigo e uma pessoa que lutou bravamente nesta Casa pelas questões sociais, que está sendo seguido pelo seu filho Cesar Souza Júnior, que veio com o todo gás, com toda a vontade, trabalhando também pelo social, pelos menos favorecidos.

Eu quero dizer, não só para v.exa. como para todos os deputados desta Casa, que sempre que estiver em questão um projeto que venha beneficiar as pessoas menos favorecidas, independentemente se é constitucional ou inconstitucional, serei contra o meu partido ou contra quem quer que seja que não estiver de acordo com o mesmo, pois estarei sempre ao lado daqueles que me colocaram aqui. Já disse isso na reunião de bancada, no dia de hoje, ou seja, que serei contra a minha própria bancada se esta decidir votar contra os projetos que venham beneficiar o segmento menos favorecido da sociedade.

Deputado Cesar Souza Júnior, se v.exa. der entrada ao seu projeto, pode ter certeza de que eu serei o primeiro a votar a favor dele, independentemente se é constitucional ou inconstitucional. Este é um problema que iremos discutir lá na frente. Temos que fazer a nossa tarefa aqui, temos que cumprir com as nossas obrigações e não ficar legislando em causa própria. Nós temos que legislar para as pessoas que precisam e é isso que farei aqui até o meu último dia de mandato.

Tenho outra questão, deputado, se me permite falar mais um pouco.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, vou ficar sem tempo, mas vou ceder.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Obrigado, deputado. Eu só queria contestar o deputado Joares Ponticelli, que mostrou a propaganda do estado, muito bem elaborada, e depois mostrou o lado negro da situação e tudo mais. Isso é simples. Eu trabalho na imprensa, sou radialista, sou comunicador de televisão, tenho uma equipe de reportagem e quando queremos mostrar alguma coisa ruim - está aqui o deputado Kennedy Nunes, ao meu lado, que sabe muito bem disso -, vamos lá e mostramos. Quando queremos enaltecer, vamos lá e mostramos o que tem de bom para ser mostrado. É assim que funciona.

Agora, nesta questão específica, quero dizer primeiro, o seguinte: temos um secretário da Educação que foi também secretário da Educação no governo de Esperidião Amin, que é o nosso companheiro Paulo Bauer, que será novamente um grande secretário, com certeza absoluta. Enfim, foi um bom secretário no governo de Esperidião Amin e assim será também no governo de Luiz Henrique da Silveira, porque é uma pessoa competente.

Srs. deputados, é uma pena que o deputado Joares Ponticelli não esteja aqui, porque existem mais ou menos em Santa Catarina 1.200 escolas estaduais. Então, pinçar uma lá, pinçar outra aqui, pinçar outra acolá, é fácil, mas no cômputo geral é que teríamos que fazer a análise dos prós, dos contras, para daí fazermos uma análise. E este governo tem obrigação de gastar 25% do Orçamento da educação e está gastando 29%. O resto deixo para v.exa. falar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço, deputado!

Quero aqui cumprimentar o sr. presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados e dizer que a razão, hoje, do eminente deputado Joares Ponticelli ter trazido um vídeo para mostrar uma escola é fruto, com certeza, de um almoço que teve anteciente com o ex-deputado Hugo Biehl e com o candidato derrotado Esperidião Amin, que deve ter puxado a orelha dele pelo que está acontecendo em Santa Catarina. Não há outra razão.

Perderam 300 filiados, dentre eles dois vereadores e um vice-prefeito de Chapecó. Perderam também, em Florianópolis, um líder que qualquer partido teria orgulho de ter no seu quadro, que é o ex-deputado Celestino Secco. E ainda há outros prefeitos que estão para deixar o partido. Eles estão no desespero! E houve, em Rio Negrinho, uma eleição e o seu partido nem sequer candidato tinha!

É evidente, então, que o chefe maior puxou a sua orelha e ele saiu caçando alguma escola para poder fazer esse vídeo. Só que há muitas escolas que ficaram desativadas na municipalização e ele foi fazer esse vídeo logo numa dessas que estão desativadas. Outra coisa: nesse vídeo vimos que a escola estava muito depredada. Essa escola não poderia, de forma alguma, ter sido destruída em apenas quatro anos de governo. É que ela já veio destruída do governo anterior! E ele não tem nem vergonha de mostrar em vídeo uma escola daquela maneira, porque qualquer casa não se destrói em quatro anos. Nem querendo! Só se colocarmos um trator de esteira em cima.

Então, isso mostra que o governo anterior, não o governo de Luiz Henrique da Silveira, mas o anterior, não cuidou das escolas, senão elas não estariam nessa situação.

O eminente deputado Joares Ponticelli, é assim que ele gosta de ser chamado, foi achar na sua região, a região de Tubarão, uma escola nessa situação. Eu acho que ele, que já está no seu segundo mandato, deveria é vir aqui apresentar para a sua região uma proposta alternativa e não tentar diminuir, denegrir o governo! O povo o elegeu para isso, mas elegeram mal. Elegeram mal por causa dos seus discursos mal feitos. E ele aqui cansava de dizer: o suplente deputado. O suplente deputado veio para cá com mais votos do que o titular que me chamava de suplente aqui! Pode ter certeza. Por quê? Porque tive responsabilidade e lealdade com a minha gente, com a minha região e com o estado de Santa Catarina.

Na minha região, quando o governo era do partido do deputado Joares Ponticelli, eu, em nenhum momento, deixei de votar naquilo que era fundamental para o povo catarinense, porque eu fazia oposição com responsabilidade. Não fazia oposição por ser Oposição. Quanto pior melhor! Isso não é forma de fazer política. Política se faz de forma descente, responsável, tentando buscar encaminhamentos que sejam possíveis para o governo.

Nós não vamos dizer que as mil e poucas escolas estão nota dez. Não, nós estamos reformando, estamos construindo outras que foram destruídas pelo furacão, como as nossas escolas do sul. Não foi possível reformar todas, mas já recuperamos e agora estamos melhorando e ampliando. Assim se faz governo, passo a passo, porque não dá para fazer tudo de uma só vez.

Quando assumimos o governo, havia muitos ginásios de esportes na Justiça, tudo inacabado, mas o governo de Luiz Henrique assumiu, sem demagogia, corrigiu, reconstruiu, terminou as obras e entregou para a população.

Eu entendo que precisamos fazer uma reflexão muito profunda, para sabermos o que é importante, o que é fundamental e o que é desnecessário. A Oposição faz o seu papel quando vem aqui reclamar, lutar, mas nós também não fomos eleitos somente para fazer críticas. Muitos que faziam críticas não estão mais aqui, não se reelegeram. Alguma coisa está errada! Por que não se reelegeram? E a crítica era constante todos os dias.

Então, a população está atenta, olhando para quem luta, trabalha, fiscaliza, mas ajuda com projetos e propostas para construir.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu ouço v.exa., mas como o tempo restante será do deputado Renato Hinnig, eu gostaria que fosse bastante objetivo.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. deputado, eu compreendo o seu papel, a sua indignação. Eu não estou aqui para defender o deputado Joares Ponticelli, mas nós, como Oposição, não podemos fechar os olhos. Estamos construindo e gostaríamos, à medida que se fiscaliza, que o governo entendesse isso também e a bancada pudesse ajudar a resolver essas questões.

Eu fui visitar Tubarão e pude constatar que cinco mil crianças estão em escolas provisórias. Desta forma, não é só a escola que foi apresentada. Eu visitei a escola Lino Pessoa, no bairro Monte Castelo, que está na mesma situação; a escola Fábio Silva, no bairro Fábio Silva; a escola Célia Coelho Cruz e outras, no bairro São Martinho. Parte delas está precisando concluir. Então, são seis escolas. Inclusive, deputado...

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Meu caro deputado, o tempo não é mais meu. Eu gostaria que v.exa. encerrasse o seu aparte.

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu queria dar uma sugestão só para terminar, se for possível.

Grande parte dessas escolas pode ser desmontada, pode ser destruída totalmente, para que seja construída uma outra escola nova. E eu, como arquiteto, penso que deveríamos manter, pelo menos, uma parte da escola, para que seja mantida a memória, o sentimento da população, o respeito a quem já estudou ali em outros anos.

Então, eu acho que o estado pode rediscutir a forma de projetar esse espaço.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, v.exa. me perdoa, mas não pode mais continuar. Eu estou lhe pedindo, por favor, porque v.exa. não pode fazer um discurso paralelo.

Apenas quero dizer que o governo de Luiz Henrique é um governo responsável e coerente. O povo o reelegeu nas urnas pela sua coerência, pela sua ação e mostrou isso lá, em Rio Negrinho, quando elegeu o prefeito do PMDB. E eu quero aqui render a minha homenagem não só ao governo, como também a Mauro Mariani, grande líder que construiu a grande vitória, vitória, evidentemente, do PMDB.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Apenas quero cumprimentá-lo pelo discurso, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Renato Hinnig, v.exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, quero cumprimentar o nosso líder, deputado Manoel Mota, pela forma veemente com que se posicionou aqui, mas lamento que tenha tomado quatro minutos do horário a mim destinado. Certamente terei a sua benevolência em outro espaço.

Mas eu gostaria de abordar, hoje, um assunto que reputo da maior importância para o nosso estado, que são as organizações cooperativas, um tipo de sociedade de pessoas que tem por objetivo buscar formas alternativas de gerar trabalho e renda para a população; uma organização comercial que visa gerar recursos, mas que também tem a preocupação com o social.

Essas organizações cooperativas sempre têm no seu trabalho, junto ao desenvolvimento da sua atividade, as preocupações de caráter social com os seus associados, com os seus empregados e com os familiares.

Em Santa Catarina, esse segmento responde por cerca de 6% do PIB estadual e por isso merece a nossa atenção. Existem, no estado, hoje, 283 cooperativas, congregando 670 mil associados e 21 mil colaboradores. E no quadro social das cooperativas temos um percentual de 27%, aproximadamente, de mulheres, sendo que 69% delas estão na área da produção, 68% na habitação e 46% no consumo. E a participação da juventude de até 25 anos é de 16%, com um patrimônio líquido de R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 793 mil na área agropecuária, R\$ 321 mil na área de crédito e R\$ 200 mil na área de infra-estrutura.

Trago essas informações porque sou um aficionado do sistema cooperativo e acredito que a solução da maior parte dos problemas que se apresenta, se aplicarmos os princípios, a doutrina e os valores do cooperativismo, nós encontraremos. E as cooperativas atuam nos mais diversos segmentos, como na produção, no crédito habitacional, inclusive na área social. E o cooperativismo também atua na área dos deficientes físicos. Portanto, reputo da maior importância esse segmento.

Por isso propusemos a criação do Fórum Permanente do Cooperativismo nesta Casa, para ajudar a desenvolver Santa Catarina, porque acreditamos que com esse tipo de organização podemos avançar e avançar muito.

Nesse fórum pretendemos discutir aqui a recente implantação no bojo da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, da sociedade de garantia solidária, que é uma espécie de cooperativa de crédito e uma sociedade anônima, que visa dar crédito solidário às micro e pequenas empresas, baseado no estatuto das micro e pequenas empresas.

É uma nova forma que surge e certamente vai dar uma garantia e possibilitar às micro e pequenas empresas que se desenvolvam e tenham acesso ao crédito de forma mais democrática.

Pretendemos trazer esta discussão para o seio do Fórum Permanente do Cooperativismo, porque acreditamos ser esta uma bela maneira de podermos fortalecer as micro e pequenas empresas, que são as grandes geradoras de emprego em nosso estado e que certamente contribuem, e muito, para a melhoria do desenvolvimento econômico do nosso estado, já que temos uma situação bem distribuída espacialmente por todo o estado. E as micro e pequenas empresas, como grande geradoras de emprego, contribuem muito para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense.

Um outro tema que pretendemos discutir no âmbito desse fórum é o lançamento do modelo de cooperativa de catadores na área de material reciclável, que é um programa bastante interessante e que tem por objetivo organizar aquelas pessoas que atuam na área de catadores de lixo para reciclar o material, agregar valor a esse produto retirado das ruas, para fazer com que as pessoas que dependam dessa atividade tenham a possibilidade de ter um rendimento possível de sustentar suas famílias.

Nessas cooperativas, srs. deputados, iremos também propiciar a inserção dessas pessoas como cidadãos do nosso estado, porque através do sistema cooperativo poderemos desenvolver mecanismos para possibilitar aos filhos dessas pessoas frequentarem boas escolas, terem garantia de alimentação e terem o direito a uma assistência médica digna, porque hoje, na verdade, essas pessoas estão excluídas de qualquer sistema previdenciário como cidadãos e isso não pode perdurar.

Por isso, srs. parlamentares, quero deixar aqui esta mensagem e dizer que com mais essa atuação estaremos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as indicações n.s.: 0089, 0090 e 0091/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0092 e

0093/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0094, 0095, 0096, 0097, 0098 e 0099/2007, de autoria do deputado Darci de Matos e 0100/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, com relação à indicação que se refere à irrigação do meio rural, em Joinville, mais precisamente no Vila Nova, gostaria de pedir licença ao deputado Darci de Matos, ele não se encontra, mas gostaria, se fosse possível, de subscrever esta indicação, até porque estivemos na reunião que aconteceu na SDR, em Joinville, onde houve esta reivindicação, e o deputado fez esta indicação baseado no que foi feito em Joinville, em uma reunião na SDR.

Eu pediria a devida vênua para co-assinar esta indicação.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consulto o autor desta indicação, deputado Darci de Matos.

(Pausa)

O deputado Darci de Matos não está presente.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Solicito a v.exa. que determine à assessoria que posteriormente consulte o deputado sobre esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Quanto a indicação n. 0097/2007, a assessoria entrará em contato com o deputado Darci de Matos sobre a possibilidade de v.exa. subscrevê-la.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos...

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria de comentar esse requerimento e aproveitar para falar das manias. Nós temos certas manias de criticar e apontar erros, e isso é natural do ser humano.

Em Anita Garibaldi, na última sexta-feira, aconteceu um crime bárbaro. Uma professora foi brutalmente assassinada por um parente, pelo seu cunhado. Um crime, portanto, de difícil elucidação e a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Dic - Departamento de Investigação Criminal, fizeram um trabalho fantástico na cidade e em menos de seis horas elucidaram esse crime bárbaro.

Penso que nós, aqui, pelo trabalho da polícia - e acompanhamos agora o caso Gabrielli -, temos que cumprimentá-la nos seus acertos de trabalho. Às vezes nós esquecemos de falar da nossa polícia e da auto-estima do policial, porque na hora em que reconhecemos o trabalho do policial estamos levantando a sua auto-estima pelo trabalho que desenvolve, às vezes a noite toda e nas madrugadas, elucidando crimes.

Há muitos crimes que estão sendo elucidados no estado e nós sempre comentamos aqueles que não foram resolvidos, mas o índice de solução e elucidação de crimes no estado de Santa Catarina é alto, deputado Herneus de Nadal.

Deixo aqui os cumprimentos, não só à polícia de Lages, mas também para a polícia de Anita Garibaldi e Cerro Negro, a nossa polícia da serra catarinense, que todos os dias tem elucidado crimes na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio e mensagem telegráfica ao comando da Polícia Civil, Polícia Militar e em especial aos investigadores do Dic, do município de Lages, cumprimentando-os pelo trabalho e rapidez na elucidação do crime bárbaro ocorrido em Anita Garibaldi.

Esta Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o deputado Sargento Amauri Soares precisou sair, mas pediu para subscrever esse requerimento e eu, como autor, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está constado aqui também o nome do deputado Sargento Amauri Soares como subscritor deste requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos dirigentes do Instituto de Ortopedia e Traumatologia de Santa Catarina, cumprimentando-os pela inauguração da nova sede no bairro América, em Joinville.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não querendo cumprimentar os outros com as mãos do próximo, como diz o ditado, gostaria de pedir permissão ao deputado Darci de Matos, que deve estar em seu gabinete, para subscrever esse requerimento, porque todos do Instituto de Ortopedia e Traumatologia de Joinville são nossos amigos e estamos eufóricos e satisfeitos com aquela inauguração belíssima, uma nova casa para atender as pessoas com essas problemas e temos que nos solidarizar com eles e também com o deputado que teve a iniciativa deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Muito bem deputado Nilson Gonçalves, a assessoria da Mesa está entrando em contato com o deputado autor desse requerimento, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, hoje, nesta Casa, do prefeito do município de Águas Mornas, Elmar Antônio Thiesen.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos municipais de Bombinhas e São José, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sobre esse requerimento, o deputado Jandir Bellini teve que ausentar-se da sessão, mas solicita autorização ao deputação autor do requerimento para associar-se a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a aprovação do deputado autor, o requerimento será subscrito, também, pelo deputado Jandir Bellini.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n. 0305/2006, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Corpo de Bombeiros Militar.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu sei que não depende dos srs. deputados aqui, até porque é de v.exa. a iniciativa de deferir. Apenas gostaria que ficasse registrada a minha restrição em relação a esse desarquivamento que autoriza a abertura de crédito suplementar ao corpo de Bombeiros Militar.

Eu já achei um absurdo quando criaram o Bombeiro Militar aqui em Santa Catarina e o meu foi o único voto nesta Casa, dos 40, que foi contra. Gostaria de deixar registrado o meu desacordo com o desarquivamento deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Fica registrado, então, o desacordo do sr. deputado Nilson Gonçalves, com referência ao Requerimento n. 0131/2007, de autoria do deputado João Henrique Blasi.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sigo na mesma linha do deputado Nilson Gonçalves, até porque o deputado tem sido, assim como nós, um defensor do bombeiro voluntário. Estamos aqui, também mostrando a nossa rejeição pelo desarquivamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Também constará, nos anais desta Casa, o desacordo do deputado Kennedy Nunes com referência ao desarquivamento do Projeto de Lei n. 0305/2006, proposto pelo deputado João Henrique Blasi.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem de pesar à família do sr. Francisco Hell, de Brusque, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem de pesar à família do sr. Erico Contesini, de Brusque, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Rodeio cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem de pesar a sra. Onélia Souza pelo falecimento do delegado Acioni Souza Filho, coordenador da Central de Polícia da capital.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, com relação a esse requerimento aos familiares do policial Acioni, esse deputado, em nome próprio e acredito também da bancada do PSDB, gostaria de cerrar fileiras com o deputado e se ele permitir, gostaria de co-assinar o requerimento, porque o nosso sentimento é muito profundo com relação a essa morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A assessoria da Mesa consultará o deputado autor do requerimento, o deputado Jailson Lima, sobre a possibilidade de v.exa. e a bancada subscrever-lo.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, no mesmo sentido, gostaria, logicamente com a anuência do subscritor desse requerimento, de também poder constar a nossa assinatura, o nosso pesar à família do brilhante delegado Acioni Souza Filho, que realmente desfalcará o exército dos homens do bem na luta contra a criminalidade no estado de Santa Catarina e, de maneira especial, na Grande Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ausente o deputado autor do requerimento, a assessoria da Mesa entrará em contato para saber da possibilidade de v.exa. também subscrever-lo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, nós gostaríamos de propor que esse requerimento de solidariedade nesse momento de pesar fosse do Parlamento catarinense, de toda a Assembléia Legislativa.

Então, nós queríamos que o proponente aceitasse que esse requerimento fosse enviado em nome da Assembléia Legislativa. É isso que estamos pedindo, que seja enviado em nome de todos os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Vamos consultar o deputado Jailson Lima, autor deste requerimento, que está ausente no momento.

Registramos a presença dos alunos do curso de Direito da Univali, de Itajaí. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao cônsul honorário da Itália para o Paraná e Santa Catarina, solicitando atenção especial para a conclusão dos processos de cidadania italiana de interesse das pessoas residentes em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao Banco Central, solicitando maior celeridade na redução da taxa básica de juros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente da República, solicitando o encaminhamento de projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, visando à recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Sul - Sudesul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, solicitando a implantação de pólos desta Universidade, no município de Joinville, com cursos adequados às características da região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Jailson Lima, a ser enviada ao prefeito municipal de Pouso Redondo, ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e ao sr. Jorge Boeira, autor do projeto de interiorização da UFSC, cumprimentando-os pela inauguração do pólo desta universidade, no município de Pouso Redondo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de pedir licença ao deputado autor, Jailson Lima, para poder subscrever esta matéria, pela grande importância que tem para a região do alto vale do Itajaí a ação do deputado federal Jorge Boeira, no mandato passado e também do nosso reitor da universidade.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Da mesma forma, sr. presidente, quero também me associar ao deputado Jailson Lima, pois sei da importância desse evento para o município de Pouso Redondo e para toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Permitam-me, srs. deputados, consultar o autor desta matéria para que autorize v.exas. a subscrever esta moção.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - V.Exa. não concluiu a pauta de votação. Temos ainda os pedidos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Obrigado, deputado, pela correção em tempo.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Infra-Estrutura, pedindo esclarecimentos referentes às obras de recuperação da SC-302, no trecho compreendido entre Rio do Oeste e Taió, e das rodovias SC-474 e SC-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o provam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, pedindo esclarecimentos sobre os vínculos da ONG Credeq com aquela secretaria de estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Fazenda, pedindo esclarecimentos referentes aos créditos acumulados de ICMS relativos aos segmentos dos faccionistas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado aos secretários da Educação e de Desenvolvimento Regional de Tubarão, pedindo esclarecimentos referente à construção da Escola Estadual Básica Professora Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela Ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Nilson Gonçalves, só a título de correção. Primeiro gostaria de dizer que não fiz nenhuma manifestação contra o secretário Paulo Bauer, sequer eu o citei, até porque o problema da escola, se nós estamos vivendo num período da descentralização, é da regional que veio para resolver tudo isso.

Segundo, só para corrigir, o deputado Paulo Bauer nunca foi secretário da Educação do governador Esperidião Amin. Não! Ele foi vice-governador do ex-governador Esperidião Amim. Talvez v.exa. tenha confundido, porque ele foi secretário da Educação do governo Wilson Kleinünbing, mas não do Esperidião Amim.

Só para corrigir.

O Sr. Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, gostaria de convidar os deputados que fazem parte da comissão de Agricultura para a nossa reunião ordinária, hoje, às 18:00 hs.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Deputado Nilson Gonçalves, eu pediria um minutinho de sua atenção porque ou v.exa. está equivocada, ou eu não entendi a que v.exa. estava se referindo no seu pronunciamento. V.Exa. disse que o seu foi o único voto contra a criação do Corpo de Bombeiros Militar. Quero dizer que o Corpo de Bombeiros Militar existe há muitos e muitos anos em Santa Catarina. Eu não lembro de nenhum projeto que tenha passado aqui de criação do Corpo de Bombeiros Militar, nem de criação do Corpo de Bombeiros Comunitário. O que passou aqui foi um projeto de lei que regulamentou a subvenção social para os bombeiros do estado de Santa Catarina, sejam eles comunitário ou voluntário.

Apenas queria fazer essa correção, ou eu não estava entendendo e passou um projeto despercebido aqui que eu não conhecia!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para que eu tenha o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Talvez eu tenha me equivocado, mas, a boca pequena, ficou conhecido como o projeto do bombeiro militar. Pode ser que o projeto em si, na forma como foi colocado aqui, não tenha sido bombeiro militar, mas ficou conhecido como o projeto do bombeiro militar. Por isso nós acabamos passando isso aqui no microfone.

Mas agradeço a sua observação e continuo dizendo que sou contra bombeiro militar em Santa Catarina porque o bombeiro voluntário estava dando conta e indo muito bem. Nós deveríamos ter a atuação do bombeiro militar em Santa Catarina nos municípios onde não há bombeiro voluntário, e aí estaria tudo muito bem.

Mas v.exa. está certo e agradeço a sua correção.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quero convidar todos os deputados para comparecerem na reunião que vai acontecer hoje, às 17h, na sala das comissões, para a instalação do Fórum da Serra do Tabuleiro. Trata-se de um fórum que continuará um trabalho já feito na legislatura passada, presidido pelo então deputado Vânio dos Santos e com a relatoria do deputado João Henrique Blasi. Portanto, agora nós estamos reeditando esse fórum. E estão presentes na Casa as lideranças da comunidade, os representantes da Fatma e de outros órgãos.

Então, vamos instalar, às 17h, o fórum e por isso estou convidando os srs. deputados para participarem desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje, acompanhando a imprensa, pude ver novamente a importância que o governo Lula está dando para o nosso estado. Fizemos um pronunciamento há alguns dias sobre o problema das enchentes, das chuvas, dos temporais no litoral sul e também em outras regiões de Santa Catarina, e hoje estamos acompanhando, através dos noticiários, que o governo federal está-se preparando para a liberação, através de uma medida provisória, de R\$ 20 milhões para os municípios atingidos pelas enchurradas.

Essa é uma iniciativa muito importante que surgiu após várias audiências públicas em Brasília com os próprios prefeitos das regiões, com uma equipe de deputados federais do nosso estado e, inclusive, com vários deputados da base do governo do estado de Santa Catarina.

Fico contente porque o nosso presidente tem, de fato, mostrado essa responsabilidade para com os estados e os municípios, quando precisam. Além da liberação, deputado Pedro Baldissera, de R\$ 20 milhões para o nosso estado, também estão chegando à secretaria regional de Araranguá mil cestas básicas para os atingidos por essas intempéries.

Nós já falamos nesta plenária, e voltamos a falar hoje, sobre a importância do estado de Santa Catarina e também da sua participação. Estivemos conversando com o prefeito de São João do Sul e depois do que aconteceu aqui, ontem, deputado Décio Góes, poderíamos dizer que o trator D-50 funcionou bem aqui e a máquina do governo do estado que foi para São João do Sul estragou, já não está mais funcionando. Então, de fato precisamos que haja uma intervenção maior de recursos do estado para essa região que tanto precisa, como a exemplo de Praia Grande e de alguns outros municípios onde muitas comunidades ainda continuam sem acesso, continuam ilhadas.

Abordaremos um outro tema, srs. deputados: nós temos em Santa Catarina, assim como no Brasil, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, deputado Herneus de Nadal, que, na nossa avaliação, é importante. E os agricultores comercializam os seus produtos para várias áreas, tanto da alimentação escolar, quanto para estoques reguladores do governo federal, mas também para o Fome Zero.

Temos uma denúncia de várias regiões. Através do Convênio n. 182/2004, celebrado entre a Casa Civil, do governo estadual, e o ministério do Desenvolvimento Social, do governo federal, foram destinados R\$ 5 milhões para o nosso estado. Já tivemos um depósito, em 3 de janeiro de 2005, de R\$ 1 milhão para o estado, e depois de várias insistências feitas pelo ministério, não foi feita a prestação de contas desses recursos.

A Normativa n. 1/1997, que fala da questão das prestações de contas, já garantiu uma prorrogação do prazo das parciais e das semiparciais, e o governo federal, depois de muita negociação, depositou, no dia 12 de dezembro de 2006, mais R\$ 1.6 milhão desse recurso.

Só que estamos vendo nas regiões, principalmente no extremo oeste, na região de Xanxerê e na região de Lages, que muitos agricultores, que venderam seus produtos na boa-fé de receber os recursos, até hoje não os receberam.

Os agricultores estão esperando a liberação de mais de R\$ 100 mil na região de Xanxerê, pois eles já entregaram a produção no ano passado. Na região ao extremo oeste também passa de R\$ 70 mil o valor de alimentação que os agricultores entregaram e ainda não têm os recursos.

Então, isso nos preocupa muito porque é um recurso que está à disposição, um recurso que já veio para o estado, e o governo estadual não está passando esses recursos para as regiões e, principalmente, para os agricultores que produziram de boa-fé, entregando o seu produto para o programa e agora não estão recebendo os seus recursos.

Portanto, entendemos que esse recurso que veio para o estado através do PAA e desse Convênio n. 182/2004, realizado entre o estado, que garante R\$ 5.8 milhões para Santa Catarina, através desse programa, é uma luta histórica dos agricultores. E nesse momento o programa está praticamente parado por problemas de prestação de contas do governo do estado. E também agora foi repassado o convênio para as regionais, só que não existe contrato de realização do convênio lá.

Portanto, há um impasse colocado que precisa ser resolvido. Inclusive, os agricultores produziram e, mais uma vez, estão para entregar o produto para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, e agora, com esse impasse, o programa está parado. Vamos discutir depois isso na comissão da Agricultura e convocar o secretário da Casa Civil para explicar como está agora esse engodo que já vem rolando há dois anos. E os agricultores, na ponta esperando.

Temos o Decreto n. 655, de 4 de setembro de 2003, que isenta do ICMS estadual os produtos que são para o Fome Zero. Qual é o grande problema? A secretaria da Fazenda está entendendo que os produtos do PAA que vão para o Fome Zero não são isentos do ICMS, por essa lei. Então, estamos indicando que essa lei precisa ter um aditivo para que de fato todos os agricultores que comercializam produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos, para o Fome Zero, para a merenda escolar e para os hospitais tenham a isenção do ICMS.

Então, precisamos, de fato, a mudança dessa lei para que possamos ter mais tranquilidade. Na nossa avaliação, a lei já garante isso, mas na interpretação da secretaria da Fazenda essa lei não dá essa oportunidade.

Por outro lado, abre-se um precedente, deputado Herneus de Nadal: na microrregião do extremo oeste, na associação dos municípios, houve uma decisão dos prefeitos de que os produtos que vão para a merenda escolar pelo PAA, que os municípios adquirem, não terão mais ICMS. Agora a receita federal está indo lá cobrar o ICMS dos agricultores. Não foi descontado na hora da comercialização e não estão dando bloco de produtor para os agricultores porque eles estão em débito com a receita do estado.

Portanto, precisamos resolver isso rapidamente tanto na questão do PAA, que é um importante programa do governo Lula em parceria com o estado de Santa Catarina que está parado. E não é pouco dinheiro! São mais de R\$ 5 milhões que esse convênio do estado com a União garante aqui.

Há mais uma coisa importante aqui nesse sentido: nós vemos que todos os estados que celebraram convênio com o governo federal para a compra dos produtos dos agricultores, via PAA, estão isentos do ICMS. Inclusive no Paraná já há uma experiência muito interessante neste sentido, em que o governo do estado abre mão do ICMS desses produtos. E aqui em Santa Catarina estamos nesse impasse, frente a esse Decreto n. 655, de 4 de setembro de 2003, que deixou essa confusão aí.

Então, é este o encaminhamento que vamos propor a esta Casa: mudarmos esse decreto para que de fato possamos ter mais tranquilidade em relação aos produtos da comercialização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna na tarde de hoje, para, mais uma vez, abordar um tema extremamente palpitante, que é o da interiorização do ensino superior em Santa Catarina, a compra de vagas e também a expansão e a criação de cursos técnicos profissionalizantes.

Sem dúvida, essa é uma matéria de interesse de toda a nossa sociedade, das populações interioranas e também de quem vive e trabalha no meio urbano. É um assunto que motiva principalmente a nossa juventude e por isso mesmo, nesta hora em que muitas são as notícias que circulam pelos meios de comunicação dando conta de que estamos na iminência de receber também em Santa Catarina *campi* descentralizado ou mais uma universidade federal, considerando que o nosso estado abriga uma única instituição deste gênero, enquanto que outras unidades da federação proliferam inúmeras universidades federais - é o caso do Rio Grande do Sul, com as Universidades Federais de Porto Alegre, de Pelotas, de Santa Maria, de Rio Grande, e agora a mais nova de todas, a das Missões -, nós queremos que o tratamento não continue a ser desigual para tantos e tantos jovens do nosso estado que querem ter acesso a um curso superior e não têm as condições para arcar com a mensalidade.

O modelo pioneiro, o modelo idealizado em Santa Catarina das universidades comunitárias, abriga em torno de 150 mil alunos. As nossas universidades oficiais, a do estado e União, oportunizam a 40 mil alunos o acesso a cursos de graduação e pós-graduação. Por isso queremos muito mais ouvir do que falar; através das reuniões que vamos efetuar através do fórum, e que serão iniciadas por decisão tomada na reunião da manhã de hoje pela Unochapecó e pela Unoesc, queremos ouvir as reitorias, os professores e os DCEs para que possamos escolher o modelo que mais se adapte às necessidades dos estudantes catarinenses.

Mas, além disso, sr. presidente e srs. deputados, elaboramos, na manhã de hoje, um requerimento direcionado ao sr. ministro da Educação, pedindo que nos preste informações e esclarecimentos oficiais. Todos nós, de Santa Catarina, queremos confirmar as notícias jornalísticas de que teremos mais uma universidade. Por isso há necessidade da manifestação oficial do ministério da Educação.

Nós queremos ter o conhecimento dos investimentos que foram efetuados no ano que passou, deputado Serafim Venzon, e também dos investimentos que serão efetuados neste ano. Nós sabemos que o governo federal tem um programa extremamente positivo, que é o do Proni, um financiamento que consegue viabilizar o acesso de 200 mil estudantes no país a curso superior. No entanto, esse número é ínfimo se comparado às mais de 20 mil bolsas de estudos do art. 170 que nós estamos concedendo, com o dinheiro da arrecadação do imposto do nosso contribuinte, para os estudantes catarinenses. Desses, mais de 80% são egressos de escolas públicas e também são catarinenses e não vêm de outros estados e de outras regiões.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Eu concedo, com muita satisfação, um aparte a v.exa. para que possamos aprofundar ainda mais a matéria, considerando que v.exa., deputado Serafim Venzon, tem acompanhado eventos por todo o estado e é um homem dedicado a este tema importante que diz respeito à educação e ao desenvolvimento socioeconômico do próprio estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Hemeus de Nadal, eu quero cumprimentar v.exa. por dar esse encaminhamento à questão da educação, à questão da formação de 3º grau de um grande número de jovens que têm a noção de que é através da universidade que eles vão ascender socialmente. Ao mesmo tempo em que ele vê que esse é o caminho, não consegue tomá-lo. Imagine v.exa., a angústia de milhares de jovens catarinenses e certamente de milhões de jovens brasileiros que gostariam de passar por este caminho, pela universidade. Um caminho que os leva a uma condição social melhor, no entanto, são obstruídos pela forma mais cruel, através do vestibular porque o número de vagas é reduzido; e através da cobrança da mensalidade quando ele não tem condições de pagá-la.

E quando nós falamos tanto em abrir novas faculdades, como v.exa. quer e precisa, quem sabe nós possamos comover o coração do governante maior, no sentido de que Santa Catarina tem um número reduzido de vagas públicas e que possamos oferecer, senão através da ampliação da universidade federal, mas pelo menos através da compra de vagas, pois temos muitas nas nossas universidades particulares, e assim poderemos oferecer uma vaga lá em São Miguel, em Chapecó, em Dionísio Cerqueira ou em qualquer outro dos 293 municípios que v.exa. tão bem conhece, melhor que eu.

Parabenizo v.exa., que é o presidente desse fórum e quero estar junto com v.exa. e com outros líderes para ver se conseguimos, de fato, concretizar esse desejo, essa necessidade, dos jovens catarinenses.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a manifestação de v.exa.

Com certeza todos nós teremos, de forma suprapartidária, no final desses trabalhos, condições de elaborar um documento que poderá servir como reivindicação de todo o Parlamento, da sociedade catarinense, para que possamos atender a tantas expectativas e a tantos anseios.

Sei que posso contar com v.exa., como sei que podemos contar o deputado Dirceu Dresch, até porque o objetivo do fórum é a interiorização do ensino superior em nosso estado. E ao ensino superior mantido pelo governo federal e pelo governo do estado, é preciso encontrar saída e alternativa que nos permita gerar mais oportunidades para os nossos filhos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! V.exa. é meu conterrâneo e defende com determinação, com vontade, com garra e com energia a nossa região oeste.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado.

Quero cumprimentá-lo pelo debate da educação pública no nosso estado, necessariamente não estatal. É a oportunidade que o presidente Lula está nos dando de discutirmos hoje o Prouni, pois temos milhares de jovens já estudando em escolas particulares gratuitamente, com a compra de vaga. Agora há pouco discutimos a universidade no Alto Vale do Itajaí. Em Chapecó já foi aberto. E temos certeza de que em breve teremos a nossa universidade pública do estado de Santa Catarina que vai construir o desenvolvimento na nossa região.

Não entendi bem a fala do governador no seminário em Chapecó, sobre o desenvolvimento regional com relação às três universidades. O próprio comentário do governador foi de que as escolas públicas se tornariam muito caras. Mas no nosso entendimento ela tem seu papel estratégico e, de fato, precisamos avançar nisso.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Para encerrar, sr. presidente, queremos dizer que, quem sabe, o modelo catarinense possa ser fortalecido. Mas isso quem vai nos dizer são aqueles que estão diretamente ligados ao problema, que são os nossos estudantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também parabeniza o deputado Herneus de Nadal pelo Fórum da Educação, que sabemos é uma grande bandeira para os nossos jovens e para os nossos estudantes.

Com a palavra o sr. deputado Sérgio Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, lembro-me de dezembro de 1968, conhecido como ano de chumbo, quando estávamos presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, o AI-5. Naquela época, lembrando-me de uma poesia escrevi na parede: "Como dois e dois são quatro, sei que a vida vale a pena, embora o pão seja caro e a liberdade pequena." É uma poesia em homenagem ao nosso grande poeta, que depois vim a conhecer pessoalmente, que é o Ferreira Goulart.

Por que estamos falando sobre isso, sr. presidente? Porque hoje é o Dia Nacional da Poesia. E todos nós sabemos o quanto é importante termos alguma referência, pois somos poetas e gostamos de pensar sobre a vida. Naquele momento, muitos jovens não tiveram saída e partiram para o radicalismo, para a luta armada e tombaram por esse caminho, construindo a democracia que temos hoje.

Realmente, como dois e dois são quatro, sei que a vida vale a pena. Gostaria também de homenagear um outro poeta, esse não em vida, mas que muito representou na época do regime de exceção, o nosso poeta Mário Quintana, que, na sua sutileza e criatividade, fez uma pequena poesia em que diz: "Você, na sua prepotência, que aí estão fazendo o que querem, um dia passarão e eu passarinho." Quer dizer, desta forma fez uma homenagem à natureza e mostrou a realidade que se vivia, dentro do que era possível dizer; e eles não percebiam, até pela sua inteligência, o recado que estava sendo dado.

Também quero fazer homenagem a outro poeta que se foi e que marcou muito na nossa época. Ele vinha muito à Florianópolis, o paranaense Paulo Leminski. Ele, na sua sabedoria, na sua forma satírica de colocar, imaginar e complementar para o jovem, disse o seguinte: "Saber é pouco. Como é que a água do mar entra dentro do coco?" Então a sua forma de expressar, de dizer era a interrogação da nossa geração para aquilo que estava ocorrendo.

Também vamos nos lembrar de um catarinense chamado Lindolfo Bell, pela sua luta, pela sua política de atuação através da poesia, ou da poesia através da política. Quando todos diziam que nós devíamos ser do tamanho do nosso sonho, ele fez uma poesia e nos disse: "Nunca serei menor do que o meu próprio sonho". É um catarinense conhecido, histórico e quero mostrar o seu pensamento.

Mas o que nos leva hoje a nos pronunciar, sr. presidente, sem sombra de dúvida, é um vizinho nosso. Andávamos sempre pelas ruas de Florianópolis, discutíamos, trocávamos idéias e como opção de poeta fez a sua vida. Falo do companheiro Osmar Pisani, que faleceu recentemente. Esse grande catarinense talvez seja o que melhor tenha retratado Florianópolis, na sua discussão com a intelectualidade da época e, sem sombra de dúvida, convivendo juntamente com todos esses poetas de quem falei, do país e dos estados aqui do extremo sul.

Quem foi Osmar Pisani? Ele diz na sua própria entrevista:

(Passa a ler.)

"Li, li muito até os vinte e quatro anos, quando me apaixonei e tive que trabalhar por concurso no Tesouro do Estado de Santa Catarina, em janeiro de 1961. Em 1962 já lecionava no Instituto Estadual de Educação e em 1963 como professor catedrático. Meu trabalho no Tesouro do Estado, apesar de bem remunerado, era horrível e me sacrifiquei fazendo permuta com um amigo de outra secretaria, onde havia mais liberdade, teria mais tempo para ler e estudar, pois já frequentava dois cursos: Direito e Letras neolatinas. Não há nenhuma relação desse trabalho com o que faço. Meu primeiro livro publicado foi o *Delta e o Sonho*, em 1964. Para o futuro, quero publicar mais um livro de poemas *Esfemas no Espelho*, praticamente inédito, exceto treze poemas publicados numa Antologia Internacional do Mercosul, juntamente com outros poetas latino-americanos.

Várias obras foram publicadas, entre elas estão: *O aspecto psico-religioso na obra de Cruz e Souza*. Ensaio Revista da Academia Catarinense de Letras; *Raízes do Vento*; *Círculo 17*; *Assim escrevem os catarinenses* (que também foi uma antologia e que contém poesias do nosso companheiro e amigo Osmar Pisani); *Críticos e Artistas*; *As paredes do mundo[...]*" [sic]

O importante é que temos aqui grandes obras, muitas delas eu gostaria que todo o catarinense pudesse ler para saber mais este grande poeta.

Eu vou ler uma poesia de Osmar Pisani, intitulada *As paredes do mundo*, para que possamos entender as suas idéias. Olhem só o título como é importante:

(Passa a ler.)

"Asas brotam de meus dedos
Aqui, asas brotam de meus dedos
e se elevam como um sopro
na branca paisagem de teus sonhos
Vês as figuras transformadas em
papel?"

Outros seres passam em procissão
e a idéia é um lago somente,
súbita estrela se apóia em tua mão.

Tua sombra se ajusta à órbita da
noite e cobre o abismo dos homens sem
memória." [sic]

É importante lembrarmos pela passagem histórica que tivemos neste Brasil, o quanto se perdeu da memória e da luta que foi expressa principalmente nas artes e na forma de atuar de cada um. nãdia

Vou ler outra poesia sobre Florianópolis. E como falei, talvez tenha sido o melhor poeta que a tenha descrito. Vejamos bem, ele diz isto no livro: *As raízes do vento*.

(Passa a ler.)

"E os homens azuis vieram de longe
trazendo nos ombros aurora e
possessão

o chão concreto dia-a-dia ergueu-se
a sombra enrugou os muros
do alto franziu as ruas
a ilha entrou no mar" [sic]

Então é importante e bom que se leiam as poesias de forma fragmentada, para que nós possamos identificar seus pensamentos. É a maneira que eu faço sempre que leio um livro de poesia de vários outros autores, porque expresso o pensamento e os anseios.

Com isso, gostaria de homenagear Osmar Pisani, este grande cidadão catarinense, este grande poeta, no nível dos grandes poetas nacionais. E espero que, lá no outro mundo, continue inspirando e dando seu exemplo, como foi em vida, em função da arte.

Era isso que tínhamos para dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - (Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, Brusque ontem perdeu um grande amigo, o empresário Érico Antônio Contesini, que com 82 anos parecia ter apenas 60. Técnico em contabilidade e administração, foi um empreendedor competente e homem guerreiro, que sempre defendeu a importância do profissionalismo em todas as atividades que atuou.

Depois de formado na escola normal Feliciano Pires, como professor do 2º grau, iniciou trabalhando no escritório de representação dos sócios Olibio Leite e Arthur Gevaerd. Depois, no escritório de advocacia e contabilidade, com o dr. Raul Schaefer e o dr. Jorge Ritzmann, deu um novo impulso a sua trajetória profissional. Deste escritório saiu para atuar no Serviço Nacional da Malária, como chefe de expediente na unidade de Brusque.

Foi co-fundador e professor da Escola Técnica São Luiz, por um período de 25 anos, nas cadeiras de Contabilidade Geral e Aplicada, Contabilidade Comercial, Estrutura e Análise de Balanço. Foi professor na Furb por um período de quatro anos, nas cadeiras de Estrutura e Análise de Balanços e Contabilidade de Custos.

A partir de 1947, foi contador, professor e depois sócio-diretor do grupo Archer. Paralelamente a essas atividades ministrou cursos em várias cidades de Santa Catarina, nas áreas de legislação do Imposto de Renda (pessoa jurídica), Correção Monetária do Ativo Imobilizado, depois Correção Monetária do Balanço, Demonstrações Financeiras e Estrutura e Análise de Balanços.

Permaneceu na direção dos supermercados Archer até o início deste ano, quando precisou se afastar para tratamento de saúde, em Florianópolis, onde infelizmente veio a falecer.

Sr. Érico Antônio Contesini teve relevante atuação na direção da Associação Comercial e Industrial de Brusque. Presidiu a entidade por duas gestões: de 1968 a 1969 e depois de 1971 a 1975. Atualmente integrava o Conselho Deliberativo da Associação Comercial e Industrial.

Nas suas gestões, a Associação Comercial e Industrial de Brusque desenvolveu com grande sucesso projetos na área de cursos, treinamentos e palestras, abordando temas diversos e de interesses de todos. O sr. Contesini sempre considerou de fundamental importância trazer novos conhecimentos e informações para todos os associados da entidade, com vistas ao crescimento e fortalecimento dos mesmos.

O sr. Contesini teve participação atuante nas lides associativas e sindicais, sendo fundador e primeiro presidente dos Sindicatos dos Comerciantes de Brusque e também do Sindicato dos Contabilistas de Brusque; presidiu o Sindicato do Comércio Varejista de Brusque, e além de presidente da Associação Comercial e Industrial foi, por vários anos, vice-presidente da entidade ao lado do saudoso Carlos Cid Renaux; foi membro da Federação dos Sindicatos dos Comerciantes de Santa Catarina; presidente por duas gestões da Associação Catarinense de Supermercados, no período de 1978 a 1980 e 1986 a 1988, e atualmente fazia parte do Conselho Deliberativo daquela entidade; foi também vice-presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), enquanto exerceu o cargo de presidente da Associação Catarinense dos Supermercados.

Participou também nas lides religiosas do município, como a construção da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, aliás, um grande monumento, sendo responsável por administrar toda a parte financeira e o andamento da obra. Fundou em Brusque, junto com a esposa Cecília, o Movimento Familiar Cristão, que chegou a agregar 10 equipes de casais, tendo sido eleito presidente em nível estadual deste movimento.

O professor Érico Contesini, como era carinhosamente chamado, teve também obras publicadas, entre elas: *Contabilidade Geral e Aplicada, Contabilidade Comercial, Imposto sobre a Renda e Correção Monetária do Balanço e Ativo Imobilizado.*

Além de sua atuação como professor na Furb, além de presidente da Associação Comercial e Industrial, além de diretor-presidente e sócio das empresas Archer, ainda encontrava tempo para ministrar diversos cursos, e também participar de diversos. Cursos esses que vieram a complementar a sua bela formação.

E hoje Brusque perde um grande homem, um grande amigo, um grande empresário e que, tenho a certeza, deixa saudades não só para seus familiares, como para todos os seus amigos e os municípios brusquenses.

Por isso, sr. presidente, eu pedi permissão a esta Casa, na Ordem do Dia de hoje, para que enviasse aos seus familiares uma moção de condolências pela perda daquele amigo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Serafim Venzon, deputado presidente, eu gostaria de comunicar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do prefeito da maior cidade de Santa Catarina, Joinville, um prefeito que tem sobre seus ombros a responsabilidade de administrar uma cidade com cerca de 500 mil habitantes, que é o nosso prefeito Marco Antônio Tebaldi. Ele é o prefeito da terceira maior cidade do sul do Brasil. Ficamos muito honrados em recebê-lo nesta Casa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Também quero manifestar a minha alegria de ver, nas galerias desta Assembléia, o prefeito Marco Antônio Tebaldi, que tem sido um prefeito que tem honrado, através das suas ações, não só o poder público, as demais prefeituras, como todas as fileiras do PSDB, e nós nos orgulhamos de tê-lo como companheiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência também saúda o prefeito de Joinville Marco Antônio Tebaldi, que se encontra acompanhado dos deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves, e se sente honrada com a sua presença.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, apresentei aqui uma matéria na manifestação que fiz durante o horário do partido, um assunto sério, um assunto que nos preocupa. De um lado, temos a mídia oficial do governo mostrando uma realidade que não existe na educação, de outro lado, temos uma matéria que foi veiculada por uma TV em rede estadual, no dia de ontem, sem nenhuma produção, sem nenhuma interferência, sem nenhuma fabricação de notícia, mostrando, deputado Pedro Baldissera, a realidade triste de uma escola no município de Tubarão. Mas trouxemos a realidade somente de uma escola no dia de hoje.

O aparte que o deputado Décio Góes fez ao deputado Manoel Mota desmontou a tentativa de defesa dele. Não é verdade que é uma situação isolada! Só na região de Tubarão, o próprio deputado Décio Góes já relatou, há cinco escolas naquela situação. Nós vamos trazer, a cada semana, um novo exemplo, uma nova demonstração da triste realidade da educação pública de Santa Catarina.

Eu não trouxe essa matéria como forma de atacar, de criticar, por exemplo, o deputado Paulo Bauer, que é o atual secretário da Educação. Ele assumiu a secretaria há poucos dias. Eu torço, deputado Silvío Dreveck, para que ele tenha êxito, até porque no governo de Wilson Kleinübing ele foi um bom secretário da Educação e nós reconhecemos isso. Torço para que ele tenha êxito, coragem, dinheiro, ânimo e que consiga melhorar a situação da escola pública de Santa Catarina. Sou torcedor!

Porque eu sou professor de carreira e não estou torcendo contra o meu estado, contra uma educação de qualidade, eficiente. Mas como ajudar? Nós já sugerimos! Priorizando de verdade. Dinheiro para educação há, basta ser bem aplicado, deputado Serafim Venzon.

Eu entendo que o primeiro governo de Luiz Henrique cometeu o equívoco de priorizar outras ações e permitir essa deterioração da rede física estadual. Outras prioridades foram estabelecidas. Não que não sejam importantes, mas primeiro há que se garantir uma sala de aula de qualidade, com boas condições de trabalho para o professor, com boas condições de aprendizado para o aluno.

É impossível se processar num depósito de alunos, como aquele exemplo que vimos da Escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão, uma educação de qualidade. É impossível!

E não é só esse exemplo. O deputado Silvío Dreveck vai nos trazer informações da sua região, o deputado Jandir Bellini vai trazer informações da sua região de Itajaí. E essa deterioração da rede física estadual está acontecendo por toda Santa Catarina, deputado Silvío Dreveck.

E, o que é pior, foram veiculadas notícias pela grande mídia, no final de semana, a respeito desse assunto. E eu vou ler a matéria publicada no jornal *ANotícia*, página a7, página de política, de página inteira:

(Passa a ler.)

"Contas públicas estaduais
Guia para economizar um bilhão."

E o novo secretário da Fazenda admitindo um rombo de R\$ 1 bilhão. Mas por que isso aconteceu? Qual é a explicação para isso?

Em dezembro, no jornal *Notícias do Dia*, o governador dizia, no dia da posse, o seguinte: "Vamos iniciar o governo na quinta marcha, diferente do outro que assumimos com uma dívida de R\$ 1,5 bilhão. Agora as contas estão em dia e nós vamos fazer mais descentralização, mais obras, mais democracia e um choque de desenvolvimento."

O governador Eduardo Moreira, no dia 28 de dezembro, concedeu uma entrevista ao *Diário Catarinense*, com a seguinte manchete: "Governo tem superávit de R\$ 20 milhões." Ele dizia, naquela entrevista, que a dívida era de 210 milhões, mas que tinha em caixa 230, que sobrava, portanto, 20 milhões para o novo governo.

No jornal *ANotícia*, também do dia 28 de dezembro, estava a seguinte manchete: "Finanças estaduais. Governo fecha o ano no azul. Superávit só foi possível por conta da redução do ritmo de obras e cortes de despesas." Também dando conta de que estava entregando o governo com R\$ 20 milhões.

No *Jornal de Santa Catarina*, do dia 28 de dezembro, estava o seguinte: "Política. Governo de Santa Catarina tem superávit de R\$ 20 milhões."

Eu não consigo compreender, deputados Silvio Dreveck, Pedro Baldissera e Dirceu Dresch, como que um governo que tinha, em 31 de dezembro, 20 R\$ milhões de dinheiro em caixa, superávit, e passou a ter, passados 70 dias, um rombo de R\$ 1 bilhão.

Não aconteceu absolutamente nada nesse período, deputado Pedro Uczai! Nem os comissionados do governo foram nomeados! Chegou-se ao absurdo de servidores neste estado, que não estão nomeados, estarem respondendo pelas secretarias, o que é vedado pela lei.

Se v.exas. ligarem agora para a secretaria de Turismo, que tem como secretário o nosso colega Gilmar Knaesel, que se encontra no exterior, e pedir para falar com o representante do secretário, quem vai atender, dar entrevista e despachar, em nome dele, é um cidadão que nem nomeado está, é um cidadão que concedeu entrevistas para as emissoras na condição de representante da secretaria quando do problema no CIC, poucos dias atrás. Mas nem nomeado está! O meu medo é que daqui a pouco qualquer cidadão se sinta no direito de chegar, invadir o órgão público, sentar na cadeira do chefe e começar a despachar, porque a maioria que está neste governo está agindo assim!

As secretarias Regionais, as milagrosas secretarias Regionais, estão com apenas um secretário Regional nomeado. Mas o restante do pessoal estava trabalhando! De graça? Não pode, a lei não permite, é vedado pela lei. É um governo fora da lei, deputado Silvio Dreveck! Por isso que o governo perdeu grande parte de todas as ações que patrocinamos, especialmente a do Fundo Social.

O governador saiu pelo estado afora dizendo que estávamos fazendo oposição burra contra o povo, porque denunciávamos que o Fundo Social era inconstitucional. Agora, eles próprios admitem a inconstitucionalidade do Fundo Social.

Enquanto isso, o nosso governador continua na sua alta capacidade de articulação política, nisso ele é bom, é verdade, não há como negar, mas administrativamente o estado está largado às traças, aos cupins e à destruição da nossa estrutura física da rede pública estadual.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Eu apenas quero endossar as suas palavras e fazer um registro, mesmo que na ausência do deputado Manoel Mota. Eu quero fazer um convite a ele - eu vou repetir esse convite na sessão de amanhã, na sua presença - para que percorra a região norte e nordeste de Santa Catarina e veja o estado em que se encontra a nossa educação. E o deputado Manoel Mota tem razão quando diz que isso é resultado do governo anterior, até porque o governo anterior é o governo atual.

Em Campo Alegre, no distrito de Matias de Baixo, encontraram uma escola, com 450 alunos, que está há quatro anos num galpão que não tem as mínimas condições de dar aula, deputado Antônio Aguiar. Eu não gosto de fazer críticas, mas não podemos esconder a realidade. Isso não é culpa do secretário Paulo Bauer, pois ele assumiu há poucos dias, mas o governo teve quatro anos para concluir essa escola.

Em São Bento do Sul, não é diferente! No colégio Roberto Grant, que fica no centro da cidade, não há lâmpadas nas salas de aulas e aí tiveram que fazer a substituição de uma sala para outra, para poder dar aulas.

Então, não é uma coisa isolada, é uma situação que se estendeu pelo estado de Santa Catarina e por isso, deputado Joares Ponticelli, nós estamos aqui para alertar e para que isso se resolva. Esse é o nosso objetivo!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade, nós estamos acompanhando, nos últimos dias, o debate em torno da reforma administrativa do estado de Santa Catarina, aliás, é a terceira reforma administrativa.

Tenho dito, em outros momentos, que apenas iniciando o quinto ano de governo nós estamos entrando no debate, na discussão da terceira reforma administrativa. Isso tudo, de um lado, traz certa preocupação por parte da sociedade, porque as coisas não estão fechando, não estão dando certo.

Quando se propõe uma reforma e em cima dela mais uma reforma é porque as coisas não estão caminhando de acordo com aquilo que se tem planejado. Tanto é verdade que não estão nem acertando o número das secretarias. Começaram com um número, passaram para outro, agora vêm com mais um outro número. Então, a coisa está toda atrapalhada.

Deputado Joares Ponticelli, se nós formos olhar com mais atenção, vamos perceber que está muito nebulosa essa questão da reforma administrativa. É uma pena. Por quê? Porque quem paga por tudo isso é a sociedade catarinense, em forma de impostos. Os nossos consumidores pagam com o suor do seu trabalho e estão numa situação de falta do básico no atendimento de políticas públicas, de inclusão na vida da sociedade. É só dar uma olhada que v.exas. vão perceber isso.

Nós discutimos, ontem, neste plenário, várias iniciativas de parlamentares de políticas públicas de atendimento ao cidadão e à cidadã lá na base, na ponta, mas nós percebemos aqui o veto do governo do estado, o governo dizendo "não" a essas iniciativas, fazendo um "x" em cima disso. Foram discutidas várias iniciativas e eu faço questão de retomar uma delas e de dizer à nossa população, que é a questão da interiorização do ensino público superior.

Claro que quem vive a 700 quilômetros da capital do estado sente na pele duas grandes distâncias do acesso ao ensino público superior: o bolso e as questões geográficas. Ele está distante por dois motivos: pelo dinheiro e pela geografia. No entanto, nós percebemos que o governo que fala em um governo mais próximo veta toda e qualquer iniciativa de aproximação, através de políticas públicas, do cidadão e da cidadã que está lá na base.

Assim foi com o projeto de lei da interiorização da Udesc. É uma oportunidade fantástica, importante de permitir ao cidadão o acesso a ela, no entanto, a tesoura pegou e pegou pesado. É um exemplo que estou colocando aqui, mas podemos citar outros grandes exemplos, deputado Joares Ponticelli. Fala-se do governo mais próximo, mas nós percebemos que para a pessoa poder ser atendida será necessário que sejam feitos 700 quilômetros de uma ponte, para depois ela esperar na fila para, quando Deus quiser, ser atendida na capital. Então, onde está a aproximação da política pública do governo do estado com o cidadão e com a cidadã que lá precisa e necessita?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero cumprimentá-lo pela manifestação, deputado Pedro Baldissera, e dizer que o lamentável em tudo isso é a estratégia que o governo estabeleceu para esta Casa, atribuída a dois ou três, ao invés de tentar explicar e de responder os questionamentos da Oposição.

Nós estamos aqui para cumprir com o nosso papel. Somos em 13 somente. E eu entendo que a máxima de Ulysses Guimarães de que não há um governo forte sem uma Oposição forte deveria ser seguida pelo seu afiliado político, o governador Luiz Henrique da Silveira, que sempre diz ter, em Ulysses Guimarães, o seu guru, mas aqui não permite, através de dois ou três, ainda bem que não é maioria, que, ao invés de responderem aquilo que se pergunta, ao invés de atacarem o problema, preferem usar a tribuna, no jogo de ficar esperando para se inscrever depois, para vir, para agredir ou para desqualificar, para desvirtuar, para tentar confundir a opinião daqueles que aqui comparecem ou daqueles que nos acompanham pela TVAL. Isso é lamentável. Porque esta não é a Casa do consenso, essa é a Casa do dissenso, é a Casa do bom combate e aqui tem que ser combatido o bom combate, no campo das idéias.

Deputado Pedro Baldissera, o conselheiro Gilson dos Santos, que acaba de adentrar, ex-presidente desta Casa, ex-presidente do Tribunal de Contas, orgulho dos catarinenses como exemplo de homem público, sabe e travou, durante as duas décadas que aqui esteve, grandes combates, ora na Oposição, ora na Situação, mas sem partir para a agressão pessoal, para tentativa de desestabilizar, de desqualificar como o governo tem adotado. Essa é a estratégia que tem sido adotada e infelizmente alguns se sujeitam a essa orientação. É profundamente lamentável, acho que o Parlamento perde com isso e perde muito mais a sociedade que não

vê aqui uma resposta efetiva aos questionamentos que a oposição faz. A Oposição está aqui para questionar e o governo deveria se preocupar em responder, e não partir para essa estratégia lamentável que estão usando de tentar desqualificar o trabalho legítimo, necessário e responsável, além de democrático, da oposição aqui nesta Casa.

Parabéns, deputado Pedro Baldissera!
O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Joares Ponticelli. Quero dizer que alguém tem que representar o povo catarinense, alguém tem que assumir isso. Vamos ver o conselho que é construído à luz da reforma administrativa. Ele, o conselho, é escolhido a dedo, com a participação de uma parte, de uma parcela da sociedade que é a sociedade política: prefeitos, vereadores, uma ou outra liderança.

Nós aqui fazemos o papel de representação das maiorias excluídas da participação e do debate político, aqui nós fazemos esta representação. Agora, um governo que descentraliza e que não permite a sociedade organizada participar, discutir, é um governo que caminha para a autodestruição. É isso que estamos percebendo com este governo, a proposta de reforma administrativa é uma proposta totalmente neoliberal! Sucateia todo o serviço do estado. Promessa de vender a Casan, Celesc, enfim, vai privatizando o patrimônio público. Portanto, está tirando a oportunidade do povo participar e ser atendido através do estado, porque esta é a incumbência do estado, promover a vida e dar condições aos cidadãos e cidadãs de viver suas vidas com dignidade no lugar onde estejam.

Esperamos que neste encaminhamento a sociedade possa ser a grande vitoriosa. E assim, esperamos que a base do governo pelo menos nos ouça e nos permita aqui colocar e trazer os anseios de toda a nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, servidores desta Casa, telespectadoras e telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, comunidade presente, a minha saudação. Cumprimento especialmente o conselheiro Gilson dos Santos, que muito nos honra e abrilhanta esta Casa com a sua presença, onde por muito tempo esteve e contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do estado catarinense.

As questões são engraçadas da forma como acontecem e os discursos se tornam repetitivos, diria até, deputado Joares Ponticelli, porque v.exa. não me menciona, mas eu menciono v.exa. sem problema algum, os discursos se tornam às vezes enfadonhos. Essa seria a palavra que poderia enquadrar o posicionamento ou a choradeira de v.exa.

Primeiro v.exa. vem aqui, usa a tribuna, critica, identifica somente o que há de ruim no governo do estado e depois faz uma prévia, fazendo de conta que só a Oposição pode falar e a Situação não pode, deputado Pedro Baldissera. E como de praxe, de costume, abandona o plenário sempre na hora que é para ouvir. S.Exa. tem que saber que falar é prata e ouvir é ouro. Tem todo o direito de falar, mas também deveria ouvir. Mas acredito que s.exa. deve estar ouvindo, assim como também toda a sua equipe, para depois lhe repassar os erros que ele vem repetidamente praticando nesta Casa.

Querer desqualificar a Situação, querer dizer que a Situação não produz, que a Situação não contribui para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e somente a Oposição?! S.Exa. não teve nenhum ato, senão, desde o início desta legislatura, vir a esta tribuna com o mesmo discurso. Agora elegeu a secretaria da Educação como seu alvo. Vem aqui em todas as sessões falar mal da estrutura física da secretaria da Educação.

Esquece, porém, que o governo anterior ao de Luiz Henrique da Silveira era o governo a que ele pertencia, deputado Pedro Baldissera! Esquece de que as escolas que foram embargadas, que estão sendo embargadas e que estão ruindo, também passaram pelo governo deles e não sofreram manutenção! Esquece ele que para uma escola ser interditada, a primeira análise realizada é sobre a sua estrutura física de construção! Esquece ele que eles falharam!

Eu trouxe ao plenário desta Casa fotos verdadeiras, embora eles tentassem desqualificar, de uma construção deles que mostrava que numa coluna havia apenas uma barra de ferro, uma mínima barra de ferro no centro da coluna! Claro que as escolas vão cair, deputado Joares Ponticelli, deputado que é anti-suplente. Claro que elas vão cair! Claro que elas vão ruir! Foram mal construídas, mal executadas, como foi também o caso do Hospital Materno-Infantil de Joinville, que apuramos com responsabilidade!

Nós estamos vindo a esta tribuna para defender o governo, sim, mas também para reconhecer os erros que o nosso governo tem e reconhecemos que existe deficiência na secretaria da Educação! Existe, sim, deputado Antônio Aguiar! Existe, sim! Das 1.324 escolas que hoje compõem toda a estrutura da secretaria de estado da Educação, quando assumimos o governo, no primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira, praticamente 80 a 90% estavam sucateadas.

V.Exas. têm noção do que envolve isso? Mais de R\$ 5 bilhões foram investidos na Educação pelo governo Luiz Henrique da Silveira. Mais de R\$ 5 bilhões! Porque não é só recuperar as escolas, é preciso pagar os professores, pagar os profissionais da Educação, atender os nossos alunos. E inovamos com os uniformes! No entanto, agora, quando agora os uniformes atrasam, eles começam a falar. Mas eles nunca deram, não podem falar. Nunca atenderam da maneira como estamos atendendo.

Claro que temos defeitos e por isso estamos aqui, por isso existe a continuação do governo e devido o grande trabalho que foi feito no primeiro mandato, o povo catarinense reconduziu o governador Luiz Henrique da Silveira para o segundo mandato.

Se tivesse sido ruim, deputado Pedro Baldissera, se tivesse sido de todo ruim, conselheiro Gilson dos Santos, podem ter certeza de que teríamos perdido a eleição. Por que será que ganhamos a eleição? Ou v.exas. querem dizer que ganhamos a eleição de forma ilícita?

Será que é isso que está acontecendo, deputado padre Pedro Baldissera? V.Exa. quer me fazer pensar e reportar a minha mente a ter esse entendimento? Será que v.exas. querem reportar a mente de cada cidadão que está nos assistindo através da TVAL ou ouvindo-nos através da Rádio Aleisc Digital a pensar que nós ganhamos a eleição de forma ilícita? Será que as nossas contas não estão regulares? Será que houve compra de voto? Porque senão eu não estou entendendo. Ou foi de forma ilícita que se ganhou a eleição ou então não estou entendendo. Fico até pensando como será que a comunidade observou a proposta da reeleição de Luiz Henrique da Silveira.

V.Exa. é livre, deputado que não gosta de suplente e que trabalha contra suplente, Joares Ponticelli. V.Exa. é livre, sim! E vou dizer: se v.exa. se sente sozinho entre 13, eu me sentiria orgulhoso porque v.exa. tem 12 colegas que seguem no trabalho de oposição com v.exa. Eu sozinho, por muitas vezes, em Balneário Camboriú enfrentei 16 e nunca chorei ou disse que me sentia sozinho, porque fazia o meu trabalho com responsabilidade e com dignidade.

Tive apoio dos vereadores Marcos Ricardo Weissheimer, Jair Miguel Ricardo e Jorge Otávio Cachel, entre outros. Mas muitas vezes ficava no plenário sozinho, como fiquei agora, com o plenário vazio e abandonado, apenas composto por três deputados na Mesa Diretora. Isso para mim não é novidade, não é problema. Mesmo assim cumpri o meu papel. Por muitas vezes eu ficava por longo tempo na tribuna porque o meu compromisso era comigo mesmo, não era com vereador, como agora também não é com deputado. Meu compromisso não é com político, meu compromisso é de desempenhar um bom papel para o povo catarinense.

Por isso aqui eu venho e por isso aqui faço a defesa, porque confio no governo do qual participo, confio no trabalho do governador Luiz Henrique da Silveira, confio no trabalho que o PMDB oferece ao estado de Santa Catarina e acredito que no futuro tudo tende para que continuemos à frente da administração deste estado, porque vamos trabalhar incansavelmente para corrigir os nossos erros; vamos trabalhar incansavelmente para apurar o nosso modelo de gestão.

E não adianta fazer crítica à reforma administrativa, porque nós vamos, sim, reformar quantas vezes for preciso porque é através da reforma que podemos alcançar o aprimoramento do modelo de gestão. A reforma não está lesando ninguém! É um modelo de gestão que está sendo aprimorado e a todo o momento sofrendo a atenção dos nossos amigos e companheiros, que muito se dedicam para fazer com que Santa Catarina seja um estado cada vez mais próspero.

Deputado Antônio Aguiar, o deputado padre Pedro Baldissera é um deputado a quem respeito muito, até pelo fato de ser padre e não pelo fato de eu ser católico, mas é um deputado que respeito muito porque tem uma postura elegante. Agora, tem que ter cuidado quando fala algumas coisas a respeito do governo.

Se eu fosse fazer a política do deputado Joares Ponticelli, iria trazer os comparativos do governo nacional, iria trazer os comparativos do governo Lula. Não lembro de ter tido, aqui em Santa Catarina, possibilidade de discutir o Orçamento ou a reforma de qualquer ato que seja. Não lembro! E não sou contrário ao PT! Já assumi aqui nesta Casa o meu posicionamento. Fui eleitor, sim, do presidente Lula. Não precisava nem dizer isso, muitos companheiros ficam até chateados quando falo, mas sou sincero e estou dizendo a v.exa. Agora, o governo Lula tem muitos defeitos, mas eu olho as virtudes, os acertos. E se as eleições fossem hoje, eu votaria no presidente Lula novamente, porque acredito que ele é um homem de bem, acredito que ele queira acertar, deputado Pedro Baldissera. Então, não vou fazer aqui a política pequena, mesquinha, do ódio e do rancor e achar os erros do governo Lula para fazer um comparativo com o governo estadual.

Nós somos um governo democrático, sim! Terça-feira, desta semana, houve uma audiência pública aqui, nesta Casa. Quero dizer que o resultado não se sabe qual será, mas foi ouvida a comunidade organizada, inclusive, deputado Onofre Santo Agostini, com uma grande presença em plenário, uma grande presença.

Então, quando v.exa., deputado Pedro Baldissera, fala que os nossos conselhos são escolhidos a dedo, creio que v.exa. deva estar equivocado, porque sei que o senhor é um homem de bem. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional são compostos pelos prefeitos municipais independentemente partido a que pertençam; são compostos pelos presidentes das Câmaras

Municipais e por mais dois integrantes da comunidade. Isso quer dizer que não há ninguém escolhido a dedo, não! A forma é democrática e inovadora.

Para mudar uma história, comunidade e população catarinense, digo a vocês, demanda tempo. Não se muda a história do dia para a noite. Não há como conseguirmos fazer o convencimento total e nunca haveremos de fazer, nunca haveremos de fazer. Nunca haveremos de alcançar o modelo ideal, eu creio. Mas podem ter certeza de que com insistência, perseverança, com trabalho, dedicação e honestidade, nós teremos um estado cada vez melhor, cada vez mais forte, mais presente. E digo a v.exa.: a Oposição é muito interessante e é bem-vinda, desde que

seja bem comportada e com responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência saúda Gilson dos Santos, nossa grande liderança de Santa Catarina, e agradece a sua presença.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem ao 39º Aniversário da Casa do Jornalista.

Esta encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA 39º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CASA DO JORNALISTA 100 ANOS DE FALECIMENTO DE OTTOKAR DÖERFELL LANÇAMENTO DO LIVRO KOLONIE-ZEITUNG: UMA HISTÓRIA SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Exalta a figura e os feitos de Ottokar Döerffel como exemplo para as gerações vindouras de joinvilenses.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Elogia a Casa do Jornalista, a prefeitura de Joinville e o governo do estado por terem patrocinado a obra *Kolonie-Zeitung, uma história: Breve viagem pelas oito décadas do primeiro jornal alemão de Santa Catarina*.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Ressalta a importância de Ottokar Döerffel para o desenvolvimento de Joinville.

JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Em nome da Associação Catarinense de Imprensa, agradece todas as parcerias para a realização da sessão solene e a publicação do livro e salienta a importância da figura de Ottokar Döerffel no contexto histórico, cultural e político de Santa Catarina.

APOLINÁRIO TERNES - Discorre sobre a vida e a obra de Ottokar Döerffel, na comemoração do centenário do seu falecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Darci de Matos, Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes para conduzirem até o plenário as excelentíssimas autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssima professora Elizabete Anderle, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, que neste ato representa sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina em exercício, Leonel Pavan;

Excelentíssimo sr. Ivo Silveira, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Marco Antônio Tebaldi, prefeito do município de Joinville;

Jornalista Moacir Pereira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão solene foi convocada por esta Assembléia Legislativa, pela Mesa Diretora e à unanimidade de todos os parlamentares, pelo prefeito municipal de Joinville, sr. Marco Antônio Tebaldi, e pelo presidente da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Moacir Pereira, em dupla comemoração: ao centenário de falecimento de Ottokar Döerffel, fundador da imprensa e da Maçonaria de Joinville, e ao 39º aniversário de fundação da Casa do Jornalista. E aproveitamos ainda a solenidade para lançar o livro *Kolonie-Zeitung: uma história*, de autoria de Lilian Mann dos Santos.

Convidamos todos os presentes para, de pé, ouvirmos a execução do hino nacional, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência registra a presença dos srs. deputados Nilson Gonçalves, Elizeu Mattos, José Natal, Kennedy Nunes, Darci de Matos, João Henrique Blasi e da sra. deputada Ada De Luca.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar, secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, para que faça parte da mesa.

Registramos, ainda, com muita satisfação, as seguintes presenças nesta Casa:

Sr. secretário de estado da Fazenda, dr. Sérgio Alves;

Major Castro Viana, representando neste ato o comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Tenente Diogo Piassi Dalvi, representando, neste ato, o comandante da Base Aérea de Florianópolis;

Professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina;

Sra. Sílvia Hoepecke da Silva, vice-presidente do Instituto Carl Hoepecke;

Sr. Eugênio Carlos Evangelista Vieira, diretor-geral da revista maçônica *O Prumo*, neste ato representando o grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina;

Sr. Luiz Rosa Reis, neste ato representando a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert;

Secretária de estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, sra. Dalva Maria De Luca Dias;

Primeiro-tenente bombeiro militar Diogo Bahia Losso, representando, neste ato, o comando do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Farão uso da palavra, em nome das bancadas com assento nesta Casa, os srs. deputados Darci de Matos, Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, que nesta Casa representam o norte de Santa Catarina e a cidade de Joinville.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Excelentíssima sra. Elizabete Anderle, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, neste ato representando o governador do estado;

Excelentíssimo sr. ex-governador Ivo Silveira,

Excelentíssimo sr. Marco Antônio Tebaldi, prefeito de Joinville;

Jornalista Moacir Pereira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Mesa:

Senhoras e senhores, imprensa e demais autoridades que participam desta sessão solene importante e emblemática do centenário da morte de Ottokar Döerffel.

Como deputado de Joinville, da região norte de Santa Catarina, não poderia deixar, sr. presidente, de dizer algumas palavras da história, da vida e, sobretudo, da importância que teve esse jornalista, político e empreendedor para o desenvolvimento do nosso município.

Início, sr. presidente, dizendo que o famoso escritor alemão afirmou que quem é firme em seus propósitos, molda o mundo a seu gosto. E esta frase, especificamente, aplica-se à vida e à história do homenageado.

Também desejo afirmar que, se analisarmos a história de Ottokar Döerffel, podemos constatar que a sua intensa participação comunitária na colônia Dona Francisca, município de Joinville, ou redondou na cidade que se constitui, hoje, na capital do voluntariado. Nós temos, em Joinville, praticamente 500 entidades que detêm o título de utilidade pública e, mais do que isso, são entidades compostas por joinvilenses, pelo povo de Joinville, que é educado, ordeiro, trabalhador e que respeita as instituições. Essas pessoas, através das entidades, despretensiosas e desinteressadamente, fazem as coisas acontecerem naquela cidade e prestam um serviço relevante no campo do voluntariado.

Também devemos afirmar, para concluir, que esta sessão serve para nós dizermos, sr. presidente e sr. prefeito, às novas gerações de Joinville, de Santa Catarina e do Brasil que o sucesso, o progresso e o desenvolvimento da nossa cidade deram-se pelo trabalho de muitas figuras históricas, mas a figura preponderante, a figura principal, é a do nosso homenageado, o ex-vereador, o ex-prefeito de Joinville Ottokar Döerffel.

Portanto, encerro as minhas palavras homenageando a Casa do Jornalista, que está realizando de maneira pertinente esta sessão, já que a propôs através da Assembléia Legislativa, e lançando o livro nesta noite, nesta Casa.

Parabéns, felicidades e que a história de Ottokar Döerffel sirva de exemplo para nós e, sobretudo, para as futuras gerações.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido, neste momento, o deputado Kennedy Nunes para fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero, em nome do nosso sempre governador Ivo Silveira, cumprimentar todos os demais membros da mesa.

Senhoras e senhores, para mim é uma dupla honra estar aqui, neste momento. Uma por ser filho legítimo de Joinville e saber que este jornal começou lá. E estava conversando com o nosso historiador Apolinário Ternes, dizendo que em 1977, o então prefeito Luiz Henrique da Silveira comprou todas as edições que a família tinha levado para Minas Gerais, dando, assim, oportunidade de Joinville ter no seu seio a história desse jornal. Outra, caro colega Moacir Pereira, porque também sou jornalista. Então, tenho a dupla felicidade de estar aqui.

Vou deixar para ouvir mais sobre as questões históricas, mas gostaria de parabenizar a jornalista Lilian Mann dos Santos, que fez esta obra. Ela é uma filha, mas mergulhou na história deste periódico; gostaria de parabenizar a nossa casa, a Casa do Jornalista, por ter feito esse investimento; gostaria de parabenizar o governo do estado, em nome do assessor de imprensa do governador, José Augusto Gayoso, que está aqui, e também a prefeitura da nossa cidade, em nome do prefeito Marco Tebaldi, que está aqui, pelo investimento que fez para que pudéssemos ter uma obra tão importante como esta.

Mas eu estava observando e algo me chamou a atenção, na rápida leitura que estava fazendo das coisas que foram buscadas nessa história, como alguns anúncios. E eu peço licença à autora para ler alguns anúncios que foram publicados lá em 1863:

(Passa a ler.)

">Carne de porco gorda e fresca e banha podem ser obtidas toda terça e sábado com F. Jordan.

">Excelentes pás de aço inglesas a 1\$500 réis, recomendam - A. Ravache" (o nosso Ravache).

">Albert Bühle, antigamente colono aqui residente, agora fotógrafo em Berlin, envia calorosas lembranças a todos os amigos e conhecidos.

">Os relógios que me foram encomendados estão prontos, podendo ser retirados. Joinville. J.Müller, relojoeiro.

">Ofereço-me para executar todos os tipos de facas de mesa, açougue, trinchadeiras e aquelas para o jardim e mato, em legítimo aço, bem para afiar as mesmas, assim como lâmina de barbear e tesouras. Encomendas que não me sejam dirigidas diretamente são aceitas pelos senhores Eduard e Ferdinand Trinks."

Agora há um aqui que me chamou atenção.

(Continua lendo.)

">A todos os amigos e conhecidos a notícia muito consternadora de que no dia 19 próximo passado" (isso em 1873) "minha querida esposa deu à luz a um robusto garoto, dotado de excelentes pulmões. Como dessa maneira se completa a primeira meia-dúzia, creio ter direito a pedir a todos os sentidos pêsames. Profundamente consternado Ed. Krisch. Este acréscimo de forças consumidoras obriga-me a comprar mais algumas centenas de fardos de milho (em forma de mingau). Peço que as ofertas neste sentido sejam-me encaminhadas diretamente."[sic]

Uma coisa chamou-me a atenção, deputado Nilson Gonçalves, que trabalha, principalmente, na área da segurança pública: eu me lembrei do Aimoré do Rosário, nosso colega radialista, que todos os dias dá o cardápio do que os detentos comem, diz o número de presos que há tanto na cadeia como na penitenciária, secretário Sérgio Alves, e no final ele diz assim: "Depois vai ser você, eles vão te pegar"!, com aquele jeito do Aimoré.

Mas vejam esse anúncio que foi colocado:

(Continua lendo.)

">Como curiosidade foi-nos informado que a cadeia local, na linguagem popular 'Hotel Hoffmann' está sem hóspede desde o dia 15 deste mês. Desde a inauguração desta sombria hospedaria em 1864, este fato só aconteceu uma vez, do dia 2 de junho a 9 de julho de 1875."[sic]

Ou seja, para que cadeia se não havia ninguém que cometia crimes?

É por essas coisas que quero parabenizar a jornalista e desejar, mais uma vez, à minha casa, a Casa do Jornalista, parabéns por ter encabeçado e feito esta homenagem. E mais uma vez parabenizo o governo do estado e o município de Joinville por terem patrocinado essa relíquia que guardaremos com o maior orgulho.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, fará o seu pronunciamento o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, autoridades que compõem a mesa e demais pessoas que se encontram presentes neste recinto, é difícil falar depois que um Darci de Mattos um Kennedy Nunes já falaram. Mas quero fazer minhas as palavras destes dois ilustres colegas e irmanar-me também a esta comemoração pelos 100 anos da morte de tão importante figura, que nos deu a honra de ser joinvilense por tanto tempo, que chegou a Joinville, penso que todos aqui já sabem, certamente, com 36 anos de idade, vindo da Saxônia, portanto, em 1854, e ficou aqui por cerca de 50 anos, ajudando a construir a nossa história, como cronista, como jornalista, como matemático.

O livro Joinville os pioneiros: documentos e história, do qual o deputado Kennedy Nunes terminou de ler algumas partes, marcou a sua vida, a sua história. Preferiu vir para o Brasil ao invés de ir para os Estados Unidos, que seria bem melhor, estabelecendo-se na colônia Dona Francisca, tomando posse, como contador e depois tesoureiro, na direção da colônia.

Ele era jornalista, cronista e também enveredou pelo caminho da política, como fez v.exa., como fez também o deputado Nilson Gonçalves, que tem como origem a profissão de jornalista, e foi também para o caminho da política para ficar um mandato, e aqui está por tanto tempo. O mesmo caso aconteceu com o ilustre Ottokar Döerffel.

Em Joinville, e para aqueles que não são daquele município, uma das principais vias, na entrada da cidade, recebeu o nome de rua Ottokar Döerffel. Todos que chegam aquele município têm acesso por aquela entrada.

(Passa a ler.)

"Como jornalista sua grande obra foi o *Kolonie-Zeitung*, que desde 20 de dezembro de 1862, circulou por quase 80 anos, levando a Joinville e a outras regiões do estado os acontecimentos do Brasil e do mundo.

Em 1869, uma infecção na medula atingiu a coluna vertebral de Ottokar Döerffel deixando-o paraplégico e sem os movimentos dos braços por três meses.

A morte desse cidadão, que aconteceu no dia 18 de novembro de 1906, aos 88 anos de idade, abalaria o povo da colônia Dona Francisca, grato aos empreendimentos e às contribuições que ele deixou para a história local."

Tenho certeza de que tenho, neste ambiente, neste local, pessoas muito mais qualificadas para falar de tão ilustre figura. Portanto, quero irmanar-me a todos que na noite de hoje fazem esta homenagem e especialmente à Casa do Jornalista.

Parabéns a todos que tiveram a iniciativa de fazer esta homenagem a tão ilustre figura joinvilense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra a presença do deputado Sérgio Grandó, do ex-deputado Sérgio Silva e do jornalista Ciro Barreto, vice-presidente do Conselho Superior da Associação Catarinense de Imprensa.

Fará uso da palavra, neste momento, o jornalista Moacir Pereira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista.

O SR. MOACIR PEREIRA - Excelentíssimo sr. presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, deputado Julio Garcia, demais autoridades que compõem a mesa já nominadas pelo protocolo.

Destaco com muito prazer, alegria e honra a presença do ex-governador Ivo Silveira, durante cujo mandato no estado de Santa Catarina foi criada a nossa Associação Catarinense de Imprensa. Portanto, se a nossa entidade tem alguns serviços prestados à cultura, à comunicação e ao aprimoramento profissional em nosso estado deve-se também à parceria que v.exa. desenvolveu muito bem com o saudosos fundador da Casa do Jornalista, o companheiro Alirio Bossle.

Demais autoridades civis, militares e eclesásticas aqui presentes.

Meu cumprimento especial e carinhoso ao companheiro historiador Apolinário Ternes, que em seguida vai brindar-nos com uma palestra sobre a figura do nosso homenageado.

Como presidente da Associação Catarinense de Imprensa também trago a minha homenagem à nossa colega Lillian Mann dos Santos e a todos os seus familiares, que hoje aqui nos honram com a presença para a noite de autógrafos.

A minha presença aqui, sr. presidente, em primeiro lugar, com muito orgulho, presidindo a nossa entidade, é para trazer a todos os srs. 40 deputados do nosso abraço de gratidão, especialmente a v.exa., por ter aberto esta Assembléia, realizando esta sessão solene histórica para que Santa Catarina inteira, através da TVAL, da Rádio Digital, do *Jornal da Assembléia*, da *internet*, conheça um pouco mais de sua história. E uma parcela dessa jornada memorável dos imigrantes alemães na cidade de Joinville, quiçá por outros pontos de Santa Catarina, que também merecem essa recuperação histórica, deve-se à aprovação de v.exa., quando a diretoria da associação decidiu comemorar os 39 anos, não com uma festa, um grande jantar, um grande almoço, que seria absolutamente justificável, mas através de um evento cultural que lembrasse o centenário de falecimento do extraordinário, notável imigrante alemão Ottokar Döerffel.

É, portanto, motivo de muita satisfação para todos os colegas que aqui estão presentes, para todas as autoridades que também nos honram com a participação, poder realizar este evento cultural em parceria, mais uma vez, com a Assembléia Legislativa. Receba, pois, sr. presidente, o nosso abraço de agradecimento e transmita-o a todos os integrantes da Mesa e aos demais deputados da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Devo registrar também o abraço de gratidão ao companheiro jornalista Nelson Rolim de Moura, editor da Editora Insular, que, na primeira reunião do ano, trouxe justamente a idéia de abraçarmos a edição dessa obra, desse trabalho de pesquisa realizado por essa colega no encerramento de seu curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, uma das unidades didáticas, acadêmicas da nossa instituição federal que mais têm projetado o nosso estado, considerado hoje um dos melhores, senão o melhor do Brasil.

A obra estava pronta, precisava de alguém, de alguma instituição que patrocinasse esse lançamento. E na primeira reunião, prontamente, com chancela de Nelson Rolim de Moura, que já havia lido os originais e atestando que se tratava de um trabalho de excelente conteúdo didático e informativo, a diretoria, imediatamente, aprovou a idéia e passamos à execução dessa obra que hoje para todos nós, felizmente, torna-se uma grata realidade.

Cumprimentos à autora porque depois que o Rolim recomendou, recebi os originais para fazer uma pequena mensagem, que muito me honra, na contracapa da obra. Levei para casa no final de semana na praia e por isso também estou aqui, com muito prazer, porque tive o privilégio de coordenar o curso de Jornalismo, inclusive, na época, com algumas resistências de alguns colegas. E mais uma vez temos aqui um outro exemplo significativo da importância da formação acadêmica, da pesquisa acadêmica, também na área do Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina.

Mas numa tarde de domingo comecei a fazer a leitura dos originais e não terminei a leitura sem a conclusão da obra. Então, é uma obra com texto muito leve, muito agradável, com informações ricas, que nos deixa ansiosos por buscar novas informações sobre esse trabalho realmente meritório realizado pelos imigrantes alemães. E no contexto dos alemães, destaca-se realmente a figura de Ottokar Döerffel, que foi o fundador da Imprensa, fundador da Maçonaria, participou de todos os movimentos artísticos, culturais e recreativos na cidade de Joinville, deixando exemplos realmente notáveis para todas as gerações de catarinenses.

A associação, então, está comemorando os seus 39 anos com esta sessão solene magnífica aqui da Assembléia, e para nós também é um acontecimento singular, porque se vincula diretamente ao bicentenário de Jerônimo Coelho, cujas atividades também de caráter cultural ocorreram várias delas aqui na Assembléia Legislativa, e prosseguem através da exposição itinerante *Memória da Imprensa Catarinense*, que, inclusive, vai inaugurar uma nova fase amanhã, na cidade de Brusque.

E já anunciamos a todos os presentes que 2006 foi o ano do bicentenário de Jerônimo Coelho, também com notável serviço prestado ao estado de Santa Catarina e a todo Brasil, o mais notável do Il Império, conforme o nosso historiador, professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. E há um vínculo, há um eixo que liga Jerônimo Coelho a Ottokar Döerffel. Por quê? Porque quem iniciou os trabalhos de demarcação do domínio Ona Francisca com Joinville foi justamente Jerônimo Coelho e lá contraiu uma doença que o levou, inclusive, à morte no estado do Rio de Janeiro. E se 2006 foi o ano do bicentenário de Jerônimo Coelho, 2007 do centenário de falecimento de Ottokar Döerffel, já nos estamos preparando para as comemorações do centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa, também para despertar entre os catarinenses o interesse pela pesquisa histórica, pela informação sobre outro jornalista importante.

Esta informação, inclusive, não é do conhecimento, não é de domínio público. Por isso é preciso fazer lançamento de livro, por isso é preciso fazer sessão cultural. Precisamos resgatar e dar mais valor à cultura, porque o consumismo está dominando as nossas mentes, as novas gerações. Então, precisamos valorizar um pouco mais a atividade cultural, com edição de livros, com sessões, debates, seminários, etc.

Gustavo de Lacerda, um modestíssimo jornalista de Florianópolis, homem de cor, um mulato, foi para o Rio de Janeiro e lá fundou a Associação Brasileira de Imprensa, a nossa grande ABI, com serviços também políticos, profissionais relevantes prestados durante toda a história do Brasil, especialmente na defesa dos direitos humanos e do regime democrático. Em 7 de abril de 2008 a ABI estará comemorando 100 anos de funcionamento.

Transmito a cada uma das autoridades, dos ilustres participantes desta solenidade, em nome da diretoria do Conselho da Associação Catarinense de Imprensa, o abraço de gratidão pela presença, pelo prestígio e, certamente, depois de ouvirem Apolinário Ternes vão ficar ainda mais interessados na leitura da obra da nossa colega Lillian dos Santos, especialmente por outros trabalhos de pesquisa sobre os desbravadores da colonização alemã, dos imigrantes valorosos, heróicos e corajosos que construíram a capital econômica do estado de Santa Catarina.

Despeço-me agradecendo a presença das ilustres autoridades e de todos os participantes desta cerimônia; uma menção especial ao nosso querido prefeito Marco Tebaldi, por ter sido também um parceiro em vários movimentos culturais da nossa entidade.

Registro a presença do secretário da Fazenda Sérgio Alves, também de Joinville, e de todas as autoridades que aqui se fazem presentes para prestigiar este acontecimento.

Muito obrigado a todos em nome da Casa do Jornalista, e uma boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Concedo a palavra ao jornalista e historiador Apolinário Ternes.

O SR. APOLINÁRIO TERNES - Excelentíssimo sr. presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo sr. ex-governador Ivo Silveira;

Excelentíssimo prefeito municipal de Joinville, sr. Marco Tebaldi;

Excelentíssima sra. Elisabete Anderle, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Excelentíssimo presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro José Carlos Pacheco;

Caro colega Moacir Pereira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista;

Gostaria, ainda, de saudar o caro colega e amigo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa; Saúdo também os distintos deputados de Joinville, Darci de Matos, Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves;

Saúdo o presidente da Fundação Cultural de Joinville, vice-prefeito Rodrigo Bornholdt;

Srs. deputados, minhas senhoras, meus senhores.

Que sejam as minhas palavras iniciais de cumprimento à Assembléia Legislativa e, em particular, ao presidente da Associação Catarinense de Imprensa Moacir Pereira, pela brilhante proposta de se realizar aqui uma sessão solene em homenagem a um ilustre cidadão de Joinville e de não menor importância no contexto de Santa Catarina, ilustre, mas também, eu diria, postergado na memória de todos nós, catarinenses e de nós, joinvilenses. Resgatar a presença de Ottokar Döerffel será sempre, como disse Goethe, honrar o legado dos nossos antepassados.

Gostaria, ainda de saudar a colega Lilian Mann dos Santos, pela iniciativa da publicação do seu trabalho de conclusão de curso, sobre a maior obra de Ottokar Döerffel, que foi o *Jornal Kolonie-Zeitung*. Trata-se de uma obra inédita, decorridos 100 anos da morte da Ottokar Döerffel e quase 200 anos do seu nascimento, o que ocorrerá em março de 2018.

O dr. Ottokar Döerffel nasceu na Saxônia, na Alemanha, que tem por capital Dresden, bem no centro da Alemanha, fazendo divisa com a Baviera, numa cidadezinha, num Principado chamado Waldenburg, no dia 24 de março de 1818. O cenário era absolutamente distante e por mais que nos esforcemos para imaginar o que era a Alemanha em 1818, basta dizer que não existia como nação constituída. Só viria a ser uma nação a partir de 1862, com a atuação de Guilherme I, imperador da Prússia, e do chanceler Otto von Bismarck.

Waldenburg era uma pequena cidade, dominada por um principado. O pai de dr. Ottokar Döerffel exercia as funções de registrador da Câmara do Principado de Schönburg. Não sabemos com precisão que função era essa que o pai de Ottokar Döerffel exercia, mas podemos especular que se tratava de um tesoureiro do principado. Sua família freqüentava o palácio da região, de forma que Ottokar Döerffel conviveu, na infância, com os filhos do príncipe de Schönburg. Dos cinco aos 14 anos iniciou os seus estudos primários e fundamentais, freqüentando a escola pública e destacando-se em matemática e física.

Muito cedo, em 1839, transferiu-se para a cidade de Leipzig, para freqüentar a Universidade de Leipzig, a mesma cidade que era profundamente amada por Goethe. A essa época, 1839, Goethe falecera havia sete anos. Ottokar Döerffel era um grande admirador de Wolfgang Goethe, freqüentou a mesma universidade, universidade esta que também outros nomes célebres da cultura universal por lá passaram, como o filósofo Leibniz, o poeta Lessing Bach e Richard Wagner.

Em 1842, aos 24 anos, Ottokar concluiu o curso de Ciências Jurídicas e passou a atuar nos tribunais de Wolkenburg e Wolpendorf. A sua ascensão na carreira de advogado é bastante rápida. Em 1844 passa a ser serventuário no tribunal de Rochlitz; em 1846 casa-se com a jovem Ida e transfere-se novamente para a cidade de Glauchau - conhecida na Alemanha como uma cidade de perspectivas industriais -, entra na política e alcança o comando da prefeitura de Glauchau em 1849, ano em que ainda repercute em toda a Europa o ciclo revolucionário de 1848.

O ciclo revolucionário de 1848 foi e é de fundamental importância no contexto da Europa. Na verdade, os revolucionários, os rebeldes, que promovem levantes na Itália, na França, na Áustria e na Alemanha desejam acabar com o restabelecimento do velho regime, porque quando Ottokar Döerffel nasceu, em 1818, Napoleão Bonaparte havia apenas há três anos sido derrotado em Waterloo e as velhas fronteiras, os velhos regimes e as velhas monarquias se restabeleceram em todo o cenário europeu. E as revoluções de 1848 tinham com objetivo, exatamente, estabelecer a nova ordem. Os ecos da Grande Revolução Francesa de 1789 ainda se faziam ouvir e não estava consolidado o ideal da liberdade, igualdade e fraternidade.

Ottokar Döerffel, na condição de prefeito de Glauchau, tinha a responsabilidade de conter os rebeldes que se mobilizaram para avançar e depredar a capital da Saxônia, Dresden. E ele não conseguiu conter os rebeldes. Em razão desse fato de 1849, em Dresden, Ottokar Döerffel perdeu o cargo de prefeito e foi julgado nos tribunais da Saxônia.

Existem três versões para o que aconteceu com Ottokar Döerffel. A primeira versão é de que ele teria sido condenado à morte; a segunda, de que teria sido condenado a 12 anos de prisão, e finalmente, num terceiro julgamento, teria sido absolvido. A verdade é que Ottokar Döerffel permaneceu na Alemanha até o final de 1854. Portanto, depreende-se que de fato não veio para Joinville em fuga. Permaneceu na Saxônia e aguardou o resultado dos tribunais. Isso é tão verdade que depois, nos 52 anos de vida em Santa Catarina, Ottokar Döerffel jamais foi incomodado por nenhum tipo de precatório, julgamento ou manifestação do Poder Judiciário.

Contudo, em razão dos três julgamentos, tornou-se uma figura estigmatizada; tentou ainda sobreviver como advogado, em Glauchau, cidade em que ele já obtivera o cargo de prefeito, mas não foi possível! Em razão disso, decidiu emigrar para o sul do Brasil.

Esta foi a primeira etapa da vida de Ottokar Döerffel.

O espanhol Ortega y Gasset, filósofo que estudou na Universidade de Leipzig, disse que nós somos nós e as nossas circunstâncias. Ottokar Döerffel tem isso muito visível na sua trajetória. A primeira circunstância da vida dele foi que poderia ter-se desempenhado muito bem na condição de serventuário da Justiça, de operador do direito e de político, porque já obtivera um cargo importante em Glauchau. Mas todas aquelas circunstâncias iniciais dos seus primeiros 32 anos foram interrompidas brutalmente pelas revoluções do ano de 1848.

É interessante também vincular que a fundação de Joinville, que vai ocorrer no dia 9 de março de 1851, está diretamente vinculada à Revolução de 1848, na França, na qual o rei Luiz Felipe, pai do príncipe de Joinville, perdeu o trono. Quando a família real francesa se viu em fuga para Londres, o príncipe de Joinville lembrou de suas terras dadas em dote de casamento, ele que casara com a princesa d. Francisca, no dia 1º de maio de 1843, no Palácio São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Recebera, então, d. Francisca, irmã de dom Pedro II, um dote de 25 léguas quadradas do imperador do Brasil em qualquer lugar do sul do Brasil. E essas terras foram demarcadas dois anos antes da Revolução de 48, no ano de 46, pelo engenheiro civil Jerônimo Coelho, que lá esteve em 1846, cujo primeiro mapa está hoje guardado no Arquivo Histórico de Joinville.

O príncipe vendeu parte das terras para um senador alemão chamado Mathias Schröder, de Hamburgo, um dos 20 homens mais ricos da Europa naquele momento, e ele fez um empreendimento da colônia Dona Francisca: estabelecer, nas proximidades de São Francisco do Sul, uma cidade, já então com 150 anos, a maior colônia agrícola da América do Sul. Um empreendimento capitalista de grande envergadura, porque o senador vendia os lotes aos imigrantes e ainda recebia, em parcelas mensais, o valor da passagem da família de cada um dos membros dos imigrantes de Hamburgo até São Francisco do Sul.

Então, a Revolução de 1848 é que determina a fundação de Joinville e determina, em 1854, a imigração de Ottokar Döerffel para a nossa cidade. Ele aqui chega, em 23 de novembro de 1854, aos 36 anos de idade, casado e sem filhos, porque Ottokar nunca teve filhos com a sua esposa Ida, e vai cumprir, na colônia Dona Francisca, a segunda grande circunstância da sua vida: o papel de líder comunitário, de político, de homem de cultura, de jornalista e, no final da vida, também de filósofo.

O legado de Ottokar Döerffel é importante para Santa Catarina e para Joinville porque ele foi um personagem que consolidou o empreendimento de Mathias Schröder. E ele chegou no dia 23 de novembro de 1854. No ano seguinte, em 1855, ele está liderando o movimento para a criação de importantes instituições culturais na cidade, algumas delas sobrevivem até hoje, como a Sociedade Harmonia Lyra, com 150 anos a serem completados em 2009, se não me trai a memória, e a Sociedade Ginástica de Joinville, que ainda está presente e que foi criada no ano de 1858. Em 1855, é criada a primeira Loja Maçônica do Brasil vinculada a Hamburgo, porque outras lojas maçônicas já tinham no país, inclusive aqui na cidade de Desterro.

Foi este homem tão preocupado com a consolidação daquela pequena vila perdida nas bordas da serra Geral, em plena Mata Atlântica, que já em 1856 coleta dinheiro com os imigrantes, que não chegam a 2.000 habitantes, dos quais 800 morando no núcleo urbano e 1.200 na área rural, em propriedades bastante isoladas, pois teve o *insight* e a visão de perceber que era importante ter um jornal naquela colônia.

Coletou dinheiro e foi comprado na Alemanha um prelo, que veio a bordo do navio chamado Francisca. Mas na Lagoa da Babitonga, na Lagoa do Saguçu, em Joinville, no momento do desembarque dos 118 imigrantes, acaba afundando e leva para o fundo do mar o primeiro prelo. Por esta razão Joinville não teve o primeiro jornal de língua alemã no Brasil, porque depois, em Novo Hamburgo, surgiria um jornal editado em língua alemã.

Mas Ottokar Döerffel não esmorece. Faz nova coleta de recursos, faz nova encomenda e no dia 20 de novembro de 1862 surge o número um do *Kolonie-Zeitung*. E esse jornal, que hoje a nossa colega Lilian lança essa obra de resgate, foi fundamental para Joinville e o é para Santa Catarina, porque é uma das fontes mais importantes para a construção da história da nossa cidade.

O jornal existirá por 80 anos, ininterruptamente, e só vai acabar em 1942 porque a campanha de nacionalização decretada por Getúlio Vargas, em 1938, proíbe os jornais em língua estrangeira. O *Kolonie-Zeitung* muda de nome para ser *Atualidade*, mas não sobrevive porque 98% dos seus leitores, leitores de 80 anos de existência do jornal, só liam em língua alemã e não tinham mais interesse pelo jornal em língua portuguesa.

A única coleção completa do *Kolonie-Zeitung* estava de posse do historiador Carlos Fiker, historiador que publicou a primeira obra sobre a história de Joinville e que morreu repentinamente. Com sua morte, sua família transferiu o acervo documental, que era propriedade do município de Joinville, para o interior de Minas Gerais, numa fazenda onde um filho de Carlos Fiker era o responsável. Mas Luiz Henrique da Silveira, em 1977, como prefeito de Joinville, entrou em negociações com a família e adquiriu a coleção completa do jornal, além de mais 20 mil outros documentos primários, originais, da colônia Dona Francisca.

Naquele momento, em 1977, eu estava na direção do Arquivo Histórico de Joinville e fui buscar os documentos de caminhão caçamba e vim de Camanducaia até Joinville trazendo aquela preciosidade extraordinária que é hoje o que constitui 95% do acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Ottokar Döerfell criou o jornal, ajudou na Maçonaria, fez teatro, participou de canto coral, fundou inúmeras outras instituições e ganhou a vida na colônia Dona Francisca, de 1854 em diante, na prosaica função de dono de uma olaria, produzindo tijolos e telhas.

Primeiramente, em 1854, se estabeleceu na localidade Ana Burgo, 12 quilômetros distante do centro atual de Joinville, porque lá deveria ser construída a cidade; e ele foi e instalou-se com sua pequena olaria. Em 1866, 12 anos depois, ele se transferiu para uma grande casa, uma mansão, onde hoje funciona o Museu de Arte de Joinville, na rua 15 de Novembro, lá vivendo os seus últimos 40 anos.

Participou da política. Em 1873, foi eleito o mais votado dos vereadores da cidade, na segunda legislatura de Joinville, com 275 votos. E nessa condição foi o segundo prefeito de Joinville, porque o conselheiro mais votado era guindado, automaticamente, ao cargo de superintendente municipal e exercia as funções de prefeito. E lá permaneceu como vereador em dois mandatos, sendo o segundo prefeito da cidade.

Depois, por volta de 1870, teve uma enfermidade muito grave, a cidade praticamente foi se despedir dele. Não havia diagnóstico preciso. A verdade é que durante seis meses ele ficou muito mal. Mas depois se recuperou e viveu ainda até 16 de novembro de 1906, em pleno século XX, quando faleceu aos 88 anos de idade.

Joinville prestou-lhe um tributo emocionante. Foi o maior sepultamento ocorrido na cidade, no mesmo ano, aliás, em que a cidade perdeu um outro grande personagem. Ottokar Döerfell era protestante e o padre Carlos Bickchausen católico, vigário da catedral, vigário da Igreja Católica por 44 anos e o criador da primeira escola pública de Joinville. Estou falando de Carlos Bickchausen, o padre que também morreu no mesmo ano de 1906. Esse padre doou o terreno onde hoje está o Hospital São José, o mais importante hospital de Joinville.

Ottokar Döerfell, no dia 1º de junho de 1857, três anos depois de estar em Joinville, assinou a ata de fundação da Igreja Luterana na cidade. Foi um homem de excepcional envergadura moral, que amalgamou a comunidade e que, diuturnamente, de forma muito excepcional, de forma muito intransigente, nos primeiros anos da colônia, lutou bravamente para que fosse feita a estrada Dona Francisca, uma estrada que foi iniciada em 1853 e que demorou 33 anos para ser construída, sem uma máquina sequer, só com pá e enxada, essa estrada que os líderes de Joinville lutaram bravamente pedindo verbas para o governador, pedindo verbas para o imperador do Brasil, usando da influência de d. Francisca, quando chegou a São Bento do Sul, em 1867, determinou o primeiro grande ciclo da economia de Joinville, o ciclo do mate, da erva-mate.

E Ottokar tinha um sentido, uma premonição de que aquela estrada era fundamental para a cidade, como o foi de fato. Porque já em 1880, Joinville era uma cidade que reunia capitais, acumulação de capital tão suficiente que no alvorecer do século XX a cidade foi-se industrializando. Este é o legado do dr. Ottokar Döerfell. Foi, essencialmente, não um legado da economia, como nós tão

habitualmente fazemos os elogios aos líderes empresariais, aos agentes da economia. Ottokar não foi importante na área da economia, ele foi fundamental na área da cultura, e sendo fundamental na área da cultura, ele foi o consolidador do núcleo colonial criado em 1851, que hoje é o terceiro pólo industrial do sul do Brasil, é a terceira maior cidade do sul do Brasil em população. Esse é o legado do dr. Ottokar Döerfell.

Dá o acerto e o aplauso que fazemos nós, historiadores da cidade, à Assembléia Legislativa e à Associação Catarinense de Imprensa por resgatarem e por recuperarem, para as novas gerações, essa figura tão proeminente. Daí o aplauso e os cumprimentos à minha colega pela produção desta obra que será lançada daqui a pouco.

Eu, finalizando, queria repetir uma frase que certamente o dr. Ottokar Döerfell repetiu ao longo da sua vida, de um personagem muito admirado, um visitante da Universidade de Leipzig, onde ele também se formou em Ciências Jurídicas.

Disse Johann Wolfgang Goethe: "O legado dos antepassados, conquiste-o para merecê-lo".

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra ainda, com satisfação, a presença do professor Celestino Sachet e do vice-prefeito de Joinville, Rodrigo Bornholdt, que também é presidente da Fundação Cultural daquela cidade.

Convido, neste momento, os srs. deputados Darci de Matos, Antônio Aguiar, Ada De Luca e José Natal para, juntamente com o jornalista Moacir Pereira, em nome da Assembléia Legislativa e da Associação Catarinense de Imprensa fazerem a entrega de placa que homenageia o Museu de Arte de Joinville, que tem sede na casa que pertenceu a Ottokar Döerfell, fundador da Imprensa e da Maçonaria, homenageado hoje na Assembléia Legislativa.

Para receber a homenagem convido o prefeito Marco Antônio Tebaldi, de Joinville, e o vice-prefeito Rodrigo Bonholdt.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o prefeito Marco Antônio Tebaldi, de Joinville.

O SR. MARCO ANTÔNIO TEBALDI - Quero saudar o ilustríssimo deputado Julio Garcia, nosso presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Dr. Ivo Silveira, nosso ex-governador; Deputado Antônio Aguiar, secretário da Mesa;

Conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Sra. Elisabete Anderle, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Jornalista Moacir Pereira, presidente da Casa do Jornalista;

Sr. Apolinário Ternes, nosso jornalista e historiador;

Na pessoa do deputado Darci de Matos, nosso deputado de Joinville, saúdo os deputados presentes, as demais autoridades, os catarinenses;

Minhas senhoras e meus senhores.

Este é um momento histórico, sr. presidente, por isso eu não poderia furtar-me de estar presente para vivenciar este momento pela sua grandeza, por tudo o que foi feito aqui, mas especialmente pela bela história que o dr. Ottokar Döerfell construiu durante a sua vida.

Este é um momento para poderemos relembrar, agradecer e refletir. Relembrar tudo o que aconteceu, que foi muito bem explanado aqui pelas pessoas que me antecederam e pelo próprio historiador Apolinário Ternes; agradecer por tudo que Ottokar Döerfell fez por Joinville nesses mais de 100 anos que comemoramos no dia 9 de março; e refletir sobre os desafios atuais.

Naquele momento apresentavam-se uma série de dificuldades, era o início da colonização de uma terra inóspita, mata, animais e eles venceram, naquele momento, os desafios para iniciar essa colonização. E nós, que vivemos no momento atual, enfrentamos o desafio atual que é dotar a sociedade de uma boa qualidade de vida, atendê-la nas suas necessidades, na segurança pública, na defesa do meio ambiente, defendê-la do efeito estufa que se apresenta e traçar um paralelo disso, dos momentos que vivemos.

Então, poderia dizer assim, resumir este momento, Moacir Pereira, dizendo o seguinte: um povo que não tem cultura, que não cultua sua história é um povo que não tem rumo, que não tem identidade. Você foi muito feliz, Moacir, em promover esta homenagem, esta sessão solene na Assembléia Legislativa, assim como o presidente e os deputados que aceitaram e fizeram com que esta sessão acontecesse, e todos que puderam trazer para cá essa história.

Quero saudar o meu companheiro, vice-prefeito Rodrigo Bornholdt, que é o presidente da Fundação Cultural, cuja equipe acompanhou o acervo, a exposição que vamos ver logo em seguida.

Agradeço a todos que colaboraram com esse momento que vai ficar para sempre marcado na nossa história, especialmente na minha, porque o estou vivendo na condição de prefeito desta maravilhosa cidade que é Joinville.

(Passa a ler)

"Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

O Poder Legislativo Catarinense e a Associação Catarinense de Imprensa homenageiam a colônia alemã na sessão solene que comemora o centenário do aniversário de falecimento de Ottokar Döerfell, fundador da Imprensa e da Maçonaria de Joinville.

Deputado Julio Garcia - Presidente Jornalista Moacir Pereira - Presidente da Associação Catarinense de Imprensa."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento procederemos ao lançamento do livro *Kolonie-Zeitung: uma História*, e ninguém melhor para lançá-lo do que Lilian Mann dos Santos, sua autora.

A SRA. LILIAN MANN DOS SANTOS - Cumprimentando o sr. presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia, gostaria de cumprimentar as demais autoridades, os parentes, amigos e pessoas que aqui vieram prestigiar o lançamento dessa obra.

Acho que é difícil falar do lançamento de um livro. É uma árdua tarefa, porque um autor geralmente conhece o que escreveu na sua obra, mas ele também acha que ela sempre precisa ser um pouco aprimorada e aperfeiçoada.

Contando um pouquinho da história de como surgiu a idéia de escrever esse livro que resgata os 80 anos do *Kolonie-Zeitung*, como já foi dito aqui, que seria o primeiro jornal de língua alemã, do estado de Santa Catarina, a idéia surgiu a partir de um projeto da Rede Alfredo de Carvalho, do qual participei durante o ano de 2004, quando me formava no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. E esse projeto da Rede Alfredo de Carvalho pretendia resgatar a história de alguns jornais de língua estrangeira escritos no estado de Santa Catarina.

Particpei do projeto juntamente com o professor Francisco Karam, jornalista bastante conceituado, e resolvemos tomar isso como um desafio.

Havia poucas coisas escritas, até então, sobre o *Kolonie-Zeitung*: publicações esporádicas, publicações que resgatavam um pouco da história do fundador desse jornal. E o livro tem essa pretensão, resgatar a história da vida do fundador do jornal e também resgatar a história do jornal.

No livro vocês encontrarão as cinco fases pelas quais o jornal passou, períodos em que tanto foi escrito em língua estrangeira, como em língua portuguesa. Ele também trocou de nome por quatro vezes. Primeiro ele começou a chamar-se *Kolonie-Zeitung* com "c"; depois *Kolonie-Zeitung* com "k"; mais adiante passou a chamar-se *Actualidade*, e no final, quando ele termina, em 1942, ele se chamava *Correio Dona Francisca*.

Eu gostaria, neste momento, de agradecer a oportunidade que me foi dada de lançar esse livro nesta Casa, nesta noite. Agradeço a oportunidade e o patrocínio recebido da Assembléia Legislativa, da Associação Catarinense de Imprensa, da Prefeitura Municipal de Joinville e também do governo de Santa Catarina.

Muito me honra fazer esse lançamento e a todos muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Lançado o livro, convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência registra com satisfação a presença do desembargador Vanderlei Romer, agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para a noite de autógrafos, para a exposição de objetos pessoais de Ottokar Döerfel e também de exemplares do jornal *Kolonie-Zeitung*, que foram gentilmente cedidos pela Biblioteca Pública de Santa Catarina e ainda para o coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão solene, esta Presidência convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA. (RETIFICAÇÃO DA SEGUNDA ATA)

Às onze horas do dia vinte e um do mês de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência Interina do senhor Deputado Amauri Soares, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões da Coordenadoria das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os senhores Deputados Edson Piriquito, Jailson Lima (substituindo o Deputado Dirceu Dresch), bem como acompanharam os trabalhos os senhores Deputados Adelor Vieira e Sérgio Grande. Ao iniciar a Reunião o Senhor Presidente colocou em discussão e votação Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai, encaminhado pelo Deputado Jailson Lima para que fosse realizada Audiência Pública conjunta dessa Comissão com a de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e a Mulher, no dia dezoito de abril do corrente ano, no qual o "Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, solicita debate sobre a Redução da Idade Penal", o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir colocou também em discussão e votação o PL 009.5/07, o qual o próprio Deputado Soares foi o Relator, cujo o teor "reduz de trinta para vinte e cinco anos a aposentadoria das policiais femininas", o qual foi aprovado por unanimidade. Antes que se encerrasse a Reunião foi colocada em discussão e votação Indicação, de autoria do Deputado Jailson Lima, na qual solicita ao Governo do Estado e à Secretaria da Administração "aumento no valor da gratificação dos responsáveis pelo expediente nas Delegacias de Polícia do Município," o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Paulo Roberto Silveira, Secretário da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão. Sala de Reuniões da Coordenadoria das Comissões, em 21 de março de 2007

Deputado Amauri Soares
Presidente Interino da Comissão

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2007, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas do dia vinte de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no § 1º do Art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Primeira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados Onofre Santo Agostini, João Henrique Blasi, Renato Hinnig, José Natal Pereira, Sérgio Grandó e Padre Pedro Baldissera - substituindo o Deputado Dirceu Dresch. Dando seqüência, o Senhor Presidente leu a CI nº 66/07, que justificava a ausência do Deputado Dirceu Dresch, por estar em tratamento médico. Em seguida, colocou em discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 0001.2/07, que declara de utilidade pública a Associação Indígena Kanhu - AIKA, da Terra Indígena Xaçpecó, com sede no Município de Ipuacú. Relator: Deputado Sérgio Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado, por unanimidade; PL.0014.7/07, que denomina Batalhão da Polícia Militar Major Raul Stahnke o 10º Batalhão da Polícia Militar, localizado em Blumenau. Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado, por unanimidade, e o Ofício nº 0065.3/06, que encaminha o relatório de atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Sérgio Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado, por unanimidade. Na seqüência, o Deputado Sérgio Grandó sugeriu a realização de uma audiência pública para discutir a municipalização dos serviços de água e esgoto do Estado de Santa Catarina, tendo como convidados a Casan e seu corpo técnico, a Fecam, o Sintae e o Ministério Público Estadual, que foi aprovada para o dia 27 de março do corrente, às 8h, na sala 2 das Comissões. O Deputado Renato Hinnig parabenizou a sugestão do Deputado Sérgio Grandó, e convidou a todos para prestigiarem o Fórum Permanente Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani, a realizar-se dia 22 de março, no Dia Mundial da Água, às 14h, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Florianópolis, vinte de março de dois mil e sete. (Referente à ata da III Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, realizada em vinte de março de dois mil e sete.)

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Sérgio Grandó - Membro
Deputado Renato Hinnig - Membro
Deputado José Natal Pereira - Membro
Deputado Padre Pedro Baldissera - substituindo o Deputado Dirceu Dresch

*** X X X ***

EDITAL

**ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO
PODER LEGISLATIVO DE SC
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO
MAIO - 2007**

A Presidente da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC - **AFIPOSESC**, conforme preconiza o Capítulo IV do Estatuto da entidade, convoca os associados para a **ELEIÇÃO DA DIRETORIA** da AFIPOSESC, como consta no Art. 30 do Estatuto, para participarem da Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no **dia 07 de maio de 2007**, no Plenarinho da Assembléia Legislativa de Santa Catarina das **14:30min às 17h**.

De conformidade com o Art. 29 do Estatuto da **AFIPOSESC**, o prazo para registro de chapas é de 10 dias, a contar do dia 17 de abril de 2007, e encerrar-se-á no dia **27 de abril de 2007**, às 18h.

A secretaria da AFIPOSESC estará recebendo as inscrições das chapas no período determinado (17 a 27 de abril de 2007) das 8h às 17h.

Florianópolis, 21 de março de 2007.

Lezir Maria Carpes
Presidente da AFIPOSESC
*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 018/2007**

REFERENTE: Contrato CL nº 018/2007, celebrado em 20/03/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Geraldo Streck - Gerenciamento de Imagem e Informação Ltda.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) equipamento leitor e copiador de microfilme, conforme as especificações constantes do Edital, seus anexos.

VALOR GLOBAL: R\$ 34.750,00 (trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irremovíveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 e com base no limite do IGPM/FGV, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.

VIGÊNCIA: Compreendida entre a data da assinatura do contrato até o aceite definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia do equipamento.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 9192.8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - ALESC) e do item orçamentário 44.90.52.33 (Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02; Processo Licitatório modalidade PREGÃO CL N.º 006/2007; Autorização para Processo Licitatório n.º 006/2007 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 20 de março de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
Geraldo Lauro Streck - Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 061/07**

Dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

CAPÍTULO I**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 2º O Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade Racial no Estado de Santa Catarina tem por objetivo o cumprimento, no âmbito deste ente federativo, dos preceitos constitucionais e demais normas que proclamam a igualdade racial e a valorização da população negra e indígena bem como do combate ao racismo e à discriminação.

Art. 3º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades e garantir a todo cidadão brasileiro, independente da cor, a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seus valores éticos, culturais e religiosos, independente da cor raça e etnia.

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual do Estado deverá prever a destinação expressa de recursos para a consecução dos objetivos previstos neste Programa.

CAPÍTULO II**Do Direito à Vida e à Saúde**

Art. 5º A Secretaria de Saúde do Estado realizará, bianualmente, pesquisas qualitativas com o objetivo de identificar entre a população do Estado a incidência de doenças que têm maior incidência entre a comunidade negra e indígena, com especial atenção para a anemia falciforme, o lúpus, a hipertensão, o diabetes e os miomas uterinos.

Parágrafo único. A partir de uma avaliação resultante das pesquisas previstas no caput deste artigo, poderão ser desenvolvidas ações específicas em relação às outras doenças ali mencionadas.

Art. 6º Fica instituído o Programa Estadual de Acompanhamento e Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às pessoas portadoras de traço falciforme e com anemia falciforme.

Parágrafo único. Fica assegurada a realização do exame diagnóstico de hemoglobinopatias a todas as pessoas que estejam informadas e desejam realizar o exame.

Art. 7º Este Programa Estadual de Acompanhamento e Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às pessoas portadoras do traço falciforme e com anemia falciforme, bem como as demais iniciativas na área da saúde voltadas à comunidade negra e afrodescendente, serão desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Saúde, e incluirão as propostas do Conselho Estadual de Saúde e do Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes.

Art. 8º Deverá a administração pública, através do Sistema Único de Saúde, garantir:

I - Cobertura vacinal completa, definida por especialistas, a todas as pessoas com anemia falciforme, inclusive aquelas que não constem da programação oficial, visando a prevenção de agravos; e

II - Fornecer toda medicação necessária ao tratamento que não poderá sofrer interrupção.

Art. 9º Aos casais com maior probabilidade de risco deverá ser assegurado aconselhamento genético com acesso a todas as informações técnicas e exames laboratoriais decorrentes.

Parágrafo único. Fica assegurado o acesso a atividade de planejamento familiar e a métodos contraceptivos para os casais em situação de risco.

Art. 10. Deverá constar de toda programação pré-natal a orientação sobre os riscos e agravos que podem ser ocasionados através da anemia falciforme.

Art. 11. A gestante com anemia falciforme deverá ter um acompanhamento especializado durante a realização do pré-natal e garantida a assistência ao parto.

Parágrafo único. Fica assegurado o tratamento médico integral às gestantes que venham a sofrer aborto incompleto durante a gestação, em decorrência da doença.

Art. 12. A área de epidemiologia da Secretaria Estadual de Saúde desenvolverá sistema de informação e acompanhamento das pessoas que apresentarem traço falciforme ou com anemia falciforme através de cadastro específico.

§ 1º Fica o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Estadual de Saúde, obrigada a criar banco de dados com o quesito cor ou de identificação racial, para orientar o aconselhamento genético, os exames pré-nupciais, os exames e os programas de assistência às crianças portadoras de anemia falciforme e, sobretudo, informar a opinião pública e reorientar investimentos e pesquisas para a área em questão.

§ 2º A comunicação dos casos positivos deverá ser encaminhada à Secretaria Estadual de Saúde por todas as maternidades, hospitais congêneres e demais serviços de saúde que realizem exame diagnóstico de hemoglobinopatias.

Art. 13. A Secretaria Estadual de Saúde, através do seu órgão formador, caberá a organização de seminários, cursos e treinamentos, com vistas à capacitação dos profissionais da saúde, em especial pediatras, obstetras, clínicos gerais, ginecologistas e hematologistas.

Parágrafo único. Poderá, ainda, o centro formador estabelecer intercâmbio e convênios com universidades, hospitais e hemocentros, visando ao desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

Art. 14. Do Programa ora criado deverão fazer parte ações educativas de prevenção, de caráter eventual e permanente, em que deverão constar:

I - campanhas educativas de massa, explicando que a anemia falciforme atinge, majoritariamente, as pessoas de ascendência africana;

II - elaboração de cadernos técnicos para profissionais da rede pública de saúde e educação;

III - elaboração de cartilhas e folhetos explicativos para a população;

IV - campanhas específicas para a comunidade negra; e

V - campanhas específicas para adolescentes da rede escolar.

Art. 15. Às pessoas com anemia falciforme, fica assegurada pela administração pública estadual, a assistência médica integral que ocorrerá nas unidades de atendimento ambulatorial especializado.

Art. 16. A execução deste Programa dar-se-á através de unidades próprias, contratadas ou conveniadas.

Art. 17 O Programa ora instituído, bem como o endereço das unidades de atendimento deverão ser divulgados nos meios de comunicação de ampla difusão e circulação.

Art. 18 Fica instituída, oficialmente, a Semana de Combate à Anemia Falciforme, a ser observada, todos os anos, na semana de publicação desta lei.

CAPÍTULO III

Da Educação

Art. 19. Fica incluído, no currículo escolar da Rede Estadual de Ensino, inclusive na educação de jovens e adultos, particularmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil, Geografia, Filosofia, Sociologia, e Educação Artística, o ensino relativo ao estudo do negro na formação sócio-econômico-cultural brasileira e do Estado de Santa Catarina, bem como da história e cultura africanas.

Parágrafo único. As atividades previstas no caput poderão ser desenvolvidas nos trabalhos em sala de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedos, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.

Art. 20. A definição das diretrizes curriculares será feita a partir de uma Comissão a ser constituída no âmbito do Sistema Estadual de Educação, com a participação das entidades representativas dos profissionais de educação de Rede Estadual de Ensino e das entidades do Movimento Negro com experiência no tema.

Art. 21. Para efeito de suprir a carência de bibliografia adequada, far-se-á levantamento da literatura a ser adquirida pelas bibliotecas escolares, inclusive para avaliar-se a compatibilidade dos conteúdos dos livros didáticos com os objetivos desta Lei.

Art. 22. Os programas de aperfeiçoamento dos Servidores Públicos deverão contemplar conteúdos que capacite os profissionais da educação para a prática em sala de aula.

Art. 23. A Rede Estadual de Ensino, através de seus órgãos competentes, promoverá a interdisciplinariedade com o conjunto da área humanas, exatas e biológicas, adequando o estudo do negro e seus valores civilizatórios em cada caso.

Art. 24. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário incluirão, na formação de seus membros, bem como nas provas de acesso aos seus quadros funcionais, matérias voltadas à afirmação da comunidade negra e afro-descendente bem como de combate ao racismo e outras formas de intolerância, tais como a xenofobia e a homofobia.

Parágrafo único. Esta formação será estendida aos policiais civis e militares do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV

Da Comunicação Social

Art. 25. A publicidade institucional do Governo do Estado de Santa Catarina, seja na administração direta ou indireta, observará a pluralidade étnica e racial da população brasileira, observando a proporção não inferior a 20% (vinte por cento) de artistas ou figurantes afrodescendentes.

Art. 26. A televisão educativa do Estado assegurará em seus produtos, programas quadros artísticos e jornalísticos a pluralidade prevista no artigo anterior.

Art. 27. O Poder Executivo promoverá anualmente, com o apoio das emissoras de rádio e televisão educativas do Estado, amplas campanhas públicas de combate ao preconceito e à discriminação raciais, e de valorização da diversidade étnico/racial.

CAPÍTULO V

Remanescentes de Quilombo

Art. 28. São considerados remanescentes dos quilombos pessoas, grupos ou população que, por sua identidade histórica e cultural, expressem aspectos humanos, materiais e sociais dos antigos refúgios de escravos assim denominados e que mantenham morada habitual nos sítios onde se originam as comunidades.

Art. 29. Aos remanescentes de Quilombos que estejam ocupando suas terras fica assegurado o direito a propriedade conforme determina o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 30. Serão criados programas de apoio técnico e financeiro às atividades agrícolas - de produção e/ou comercialização - realizada por pequenos produtores negros da área rural.

Art. 31. Serão garantidas escolas de educação básica nas comunidades negras rurais, com metodologia adequada a suas características culturais.

CAPÍTULO VI

Da Administração Pública

Art. 32. A administração pública estadual, direta ou indireta, observará na admissão de seus servidores e empregados, a reserva de vagas em favor da população negra e afro-descendente, de 20% (vinte por cento) sobre o total de vagas abertas, seja através de concurso público ou outras formas de contratação.

Parágrafo único. O mesmo percentual será garantido nos cursos de capacitação profissional de jovens e adultos negros de ambos os sexos, com subsídio financeiro na forma de bolsa de estudo.

Art. 33. O Poder Executivo promoverá campanhas informativas a respeito desta política de reserva de vagas, tanto junto aos servidores públicos estaduais quanto à população em geral, para esclarecimento sobre seu significado positivo na afirmação da igualdade racial.

CAPÍTULO VII

Das Universidades Estaduais

Art. 34. Fica estabelecida a reserva de vagas em favor da população negra e afro-descendente, num percentual mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o total das vagas abertas ao acesso, nas universidades e demais instituições de ensino superior públicas estaduais de Santa Catarina.

Art. 35. Este percentual poderá ser revisto anualmente conforme os dados resultantes do censo do IBGE.

Art. 36. A Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá acolher proposta das instituições estaduais de ensino superior que implementarem ações afirmativas da igualdade racial, através de um acréscimo nos repasses de verbas devidos, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Parágrafo único. O repasse de tais recursos estará condicionado à apresentação de um plano de implementação de tais ações afirmativas, indicando-se expressamente quais serão estas ações, bem como cronograma de implantação e metas a serem alcançadas, assim como procedimentos de avaliação dos resultados.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 37. O Poder Executivo Estadual realizará, bianualmente, um censo para que seja aferida a efetiva implementação deste Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e de Inclusão Racial no Estado de Santa Catarina, enviando-se cópia de seus resultados à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de março de 2007.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 22/03/07

JUSTIFICATIVA

Antes, porém, de qualquer justificativa técnica da proposta é necessário fazermos uma abordagem sociológica da questão. Assim, destacando o processo de degradação e de humilhação dos seres humanos de cor negra promovida pela escravidão. Ressaltamos, ainda, que tal processo sempre foi protegido pelo Estado, que não só promovia como também patrocinava este tipo de exploração do homem pelo próprio homem. Diante disso, alguns países já reconheceram o erro histórico, entendendo que o próprio Estado deve tomar as iniciativas no sentido de reverter as consequências daquele maldado processo.

Neste sentido, é importante deixar claro que a reversão não se dará com o mero formalismo jurídico em que se declara que todos são iguais perante a lei. Faz-se, portanto. Necessário a implementação de políticas concretas capazes de afirmar os direitos e as capacidades da população negra, prejudicada por mais de 300 anos de escravidão.

Ora senhores Deputados é sabido que não se muda um país estruturado no trabalho escravo de um dia para o outro, nem tampouco de um século para o outro. Sabemos, ainda, que a prática racista encontra-se enraizada na cultura brasileira, por isso o mero formalismo garantidor de que todos são iguais perante a lei não resolve os problemas sociais criados e agravos durante 500 anos de história. Tais constatações demonstram a necessidade de implementações de políticas concretas voltadas à erradicação das igualdades materiais.

Diante disso, é necessário retomar a experiência do povo estadunidense, vez que aquele país foi o pioneiro nas medidas que fortalecem as ações afirmativas. Assim, Ronald Dworkin, que é, sem dúvida, o maior jurista filosófico da atualidade, traz em seu livro a seguinte experiência:

“Em 1945, um negro chamado Sweatt tentou ingressar na Faculdade de Direito da Universidade do Texas, mas foi recusado porque uma lei estadual determinava que somente brancos poderiam frequentar a universidade. (...) Em 1971, um judeu chamado DeFunis candidatou-se a uma vaga na Faculdade de Direito da Universidade de Washington e foi recusado, ainda que as notas dos exames aos quais se

submeteu e as de todo seu histórico escolar fossem tão altas que ele teria facilmente sido admitido se fosse negro, filipino, chicano ou índio americano." (DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 343.)

Diante da citação acima exposta, vê-se que em menos de trinta anos, num país que proibia o ingresso de negros nas universidades, passou-se a privilegiar e facilitar, por meio da lei, o ingresso daquelas pessoas. Tal experiência é necessária, pois, por meio dela se constata que o povo norte-americano percebeu, há mais de 50 anos, que as diferenças sociais não são meramente econômicas envolvendo também questões de raça e etnias dentre outras.

Questões essas que agravam as condições degradantes dos indivíduos que sobrevivem as margens da sociedade. Logo, não basta que uma Constituição garanta a igualdade de todos perante a lei, pois o mero formalismo não assegura as condições materiais fundamentais à dignidade das pessoas. Neste caso, o Estado deve promover medidas específicas que assegurem igualdade formal/material.

Dworkin continua discutindo em seu livro, em especial no capítulo que aborda a discriminação compensatória ou discriminação inversa, que os liberais norte-americanos há muito tempo se convenceram de que:

"[...] a ação afirmativa estatal é o remédio adequado para as graves desigualdades existentes na sociedade norte-americana". Lembrando que "os programas mais eficazes de ação estatal [no combate às desigualdades sociais] são aqueles que dão uma vantagem competitiva aos grupos raciais minoritários." (DWORKIN, 2002, p. 345).

Nós brasileiros temos presente que o nosso país carrega marcas profundas de um passado escravista e discriminatório onde milhares de seres humanos, por serem negros, foram submetidos a uma cruel e desumana exploração.

Além disso, a abolição da escravatura não representou a plena libertação dos negros, pelo contrário, jogou aquele povo numa condição de completa exclusão social. Ora, é sabido que a discriminação, seja ela racial ou de gênero, se encontra enraizada na cultura do povo e, no nosso caso, ela transformou as desigualdades sociais em desigualdades naturais.

Neste sentido, entendemos que as extinções das diferenças, em especial aquelas vinculadas à raça, não se desfazem apenas com um mero formalismo constitucional, declarando que todos são iguais perante a lei, mas para tal são necessárias inúmeras ações políticas capazes de inibir o racismo, a xenofobia e outras formas correlatas de intolerância e discriminação responsáveis pela degradação humana. É neste aspecto que se enquadram perfeitamente as políticas afirmativas e da igualdade racial propostas no presente Projeto de Lei.

Ora, Senhores Deputados, os demais argumentos de inconstitucionalidade tornam-se frágeis frente ao princípio constitucional de igualdade previsto no artigo 5º da Carta Magna Brasileira que prega:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

....." (grifamos).

Comentando o dispositivo acima Alexandre de Moraes defende abertamente a possibilidade tratamento desigual promovido por Lei ou por políticas públicas desde que seja para combater outra desigualdade. Senão vejamos:

Dessa forma, o que se veda são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois, o tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desigualem, é exigência tradicional do próprio conceito de Justiça, pois o que realmente protege são certas finalidades, somente se tendo por lesado o princípio constitucional quando o elemento discriminador não se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito, sem que se esqueça, porém, como ressaltado por Fábio Konder Comparato, que as chamadas liberdades materiais têm por objetivo a igualdade de condições sociais, meta a ser alcançada, não só por meio de leis, mas também pela aplicação de políticas ou programas de ação estatal. (MORAES, 2005, pág. 30)

Para concluir seus comentários ao dispositivo em questão Alexandre de Moraes cita Celso Antônio Bandeira de Melo para afirmar categoricamente que "[...] os tratamentos normativos diferenciados são compatíveis com a Constituição Federal quando verificada a existência de uma finalidade razoavelmente proporcional ao fim visado." (MORAES, 2005, pág. 32).

Assim, constatamos que a luta pela promoção da igualdade e da promoção da cidadania não está ocorrendo somente no Estado catarinense, pois outros entes federados, assim como a própria União, vêm discutindo a necessidade de criarem Leis específicas para se assegurar as condições mínimas necessárias à promoção da igualdade. Neste sentido, inúmeros projetos já tramitaram na Câmara Federal, tais como o PL-3627/2004 de autoria do Chefe do Poder Executivo Federal que "Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências." Ou, ainda, o PL-6912/2002, de autoria do Eminentíssimo Senador José Sarney que "Institui ações afirmativas em prol da população brasileira afro-descendente, ou seja, o Estatuto da Igualdade Racial."

Por fim, deve-se deixar claro que a presente matéria encontra guarida também na constituição Estadual destacando que o projeto não cria, não estrutura e nem dá novas atribuições as Secretarias de Estado. Em especial porque o nosso Estado já tem a sua Secretaria de Saúde e de Educação e a proposta apenas prevê um tratamento diferenciado para doenças que atacam especificamente as pessoas de cor negra. O mesmo ocorre com a secretaria de Educação onde apenas se busca enfatizar a necessidade de se trabalhar os conteúdos afro-brasileiros, nos currículos escolares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 063/07

Denomina de "Antônio Gonçalves Bastos" o trecho da SC 102 compreendido entre o Rio Pequeno e o Bairro de Nova Esperança, do município de Camboriú.

Art. 1º Fica denominado de "Antônio Gonçalves Bastos" o trecho da SC 102 compreendido entre o Rio Pequeno (rua Rio Amazonas) e o Bairro de Nova Esperança (BR 101), do município de Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 22/03/07

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos eminentes Pares deste parlamento visa atribuir a denominação de "Antônio Gonçalves Bastos" ao trecho da SC 102 compreendido entre o Rio Pequeno (rua Rio Amazonas) e o Bairro de Nova Esperança (BR 101), do município de Camboriú.

O homenageado, sem sombra de dúvida, foi um dos cidadãos que em muito contribuiu ao desenvolvimento comunitário, tendo, entre as suas inúmeras realizações, empreendido decisivas ações no sentido de viabilizar melhores dias a muitos coestaduanos, impondo reflexos à integração e desenvolvimento que hoje detém aquela comunidade.

Filho de Antônio Gonçalves Lopes Bastos e D. Libânia, nasceu na localidade de Rio Bonito em 27 de dezembro de 1885. Foi o terceiro filho de uma família de 14 descendentes.

Faleceu em 04 de fevereiro de 1966, registrando a todos que os conheciam "a certeza de que quando não se consegue superar os obstáculos devemos contorná-los", ou seja, com as palavras: "O rio só atinge seus objetivos porque aprendeu a contornar os obstáculos".

Semeou, então, durante a sua vida várias conquistas comunitárias, fazendo, em muitas ocasiões, transparecer que a satisfação das necessidades que pareciam impossíveis fossem concretizadas.

A população e autoridades constituídas do município possuem reconhecimento aos desafios enfrentados por Antônio Gonçalves Bastos, fato este que justifica plenamente a denominação ora protocolizada.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 064/07

Declara de utilidade pública a ABENC - Associação Beneficente Cristã, do município de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ABENC - Associação Beneficente Cristã, com sede no município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Kennedy Nunes

Deputado (PP)

Lido no Expediente

Sessão de 22/03/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei com o objetivo de declaração de utilidade pública.

A ABENC - Associação Beneficente Cristã é uma entidade civil, filantrópica, de caráter assistencial, sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado.

Assim sendo, para dar continuidade às ações de interesse público, faz-se necessário que a ABENC seja beneficiada com a declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***